



Departamento do Agronegócio

# AgroLegis

*Federal*

Acompanhamento de  
Legislações

01 de junho de 2012  
Edição 97

*Documento Interno*

# Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

## Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

**Anderson dos Santos**

**Fernando dos Santos Macêdo**

**Lhais Sparvoli Cardoso da Silva**

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

## Índice:

### Energia

#### PROJETO DE LEI Nº3.924, DE 2012\_\_\_\_\_03

*Estabelece incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, altera as Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648, de 27 de maio de 1998; nº 9.991, de 24 de julho de 2000; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e dá outras providências.*

### Meio Ambiente

#### PROJETO DE LEI Nº3.899, DE 2012\_\_\_\_\_14

*Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.*

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº571, DE 2012\_\_\_\_\_21

*Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.*

### Tributos

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº277, DE 2012\_\_\_\_\_29

*Disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.*

### Comercialização

#### PROJETO DE LEI Nº3.409 , DE 2012\_\_\_\_\_31

*Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo.*

#### PROJETO DE LEI Nº2.182, DE 2011\_\_\_\_\_34

*Altera a Lei nº 9.972, de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.*

#### PROJETO DE LEI Nº1.008, DE 2011\_\_\_\_\_38

*Altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação análise, embalagem e ICMS dos produtos agrícolas.*

#### PROJETO DE LEI Nº851, DE 2011\_\_\_\_\_40

*Dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica.*

#### PROJETO DE LEI Nº106, DE 2011\_\_\_\_\_45

*Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos.*

## PROJETO DE LEI Nº679, DE 2011\_\_\_\_\_50

*Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.*

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº80, DE 2011\_\_\_\_\_54

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.*

## PROJETO DE LEI Nº7.416, DE 2010\_\_\_\_\_60

*Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.*

## PROJETO DE LEI Nº4.394, DE 2008\_\_\_\_\_63

*Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.*

## **Crédito Rural**

## PROJETO DE LEI Nº6.321, DE 2009\_\_\_\_\_68

*Altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1.991, para dispor sobre os beneficiários do crédito rural.*

## PROJETO DE LEI Nº2.092, DE 2007\_\_\_\_\_72

*Dispõe sobre o Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural Brasileiro, de operações originárias de crédito rural, e dá outras providências.*

## PROJETO DE LEI Nº3.924, DE 2012

*Pedro Uczai - PT/SC e outros*

*Estabelece incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, altera as Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648, de 27 de maio de 1998; nº 9.991, de 24 de julho de 2000; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

### Seção I

#### Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei estabelece incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis; altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648, de 27 de maio de 1998; nº 9.991, de 24 de julho de 2000; nº 10.848, de 15 de março de 2004; e dá outras providências.

Art. 2º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação ficam estabelecidas as seguintes definições:

I – Fontes Alternativas Renováveis de Energia: as fontes de energia eólica, solar, geotérmica, de pequenos aproveitamentos de potenciais hidráulicos, da biomassa, dos oceanos e as pequenas unidades de produção de biocombustíveis;

II – Distribuidoras: as concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica;

III – Microgeração Distribuída: geração distribuída, realizada por central geradora de energia elétrica com potência instalada menor ou igual a 100 quilowatts (kW), a partir de fonte alternativa renovável de energia;

IV – Minigeração Distribuída: geração distribuída, realizada por central geradora de energia elétrica com potência instalada superior a 100 kW e menor ou igual a 1.000 kW, a partir de fonte alternativa renovável de energia;

V - Pequenas Centrais de Energia Renovável: instalações para a produção de energia elétrica ou calor a partir de fontes renováveis de energia que possuam capacidade instalada de até 1.000 quilowatts (kW), elétricos ou térmicos;

VI - Pequenas Unidades de Produção de Biocombustíveis: aquelas com capacidade de produção de até 10.000 litros por dia, para o caso de biocombustíveis em estado líquido, ou até 10.000 metros cúbicos por dia, no caso daqueles em estado gasoso;

VII – Biogás: gás produzido pela digestão anaeróbica da biomassa.

### Seção II

#### Da Geração de Energia Elétrica em Pequena Escala

Art. 3º O consumo de energia elétrica das unidades consumidoras que realizem micro ou minigeração distribuída, a ser faturado pelas distribuidoras, corresponderá à diferença entre a energia consumida da rede elétrica e a nela injetada.

§ 1º A partir da data de conexão à rede da central de micro ou minigeração distribuída, caso o montante de energia injetado seja maior que o consumido, essa energia excedente será adquirida pelas distribuidoras e valorada a uma tarifa que, para cada instalação, permanecerá fixa por um período de vinte anos.

§ 2º As tarifas mencionadas no § 1º a serem aplicadas às instalações conectadas no primeiro ano após a data de publicação desta lei, diferenciadas por fonte de energia, corresponderão a:

I – na modalidade de microgeração distribuída:

- a) R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) por megawatt-hora para hidrelétricas;
- b) R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) por megawatt-hora para energia obtida da biomassa proveniente de cultivos energéticos ou resíduos de atividades agrícolas, florestais ou industriais;
- c) R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) por megawatt-hora para energia obtida do biogás;
- d) R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) por megawatt-hora para a energia eólica;
- e) R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) por megawatt-hora para a energia solar produzida em instalações fixadas sobre a cobertura ou fachada de edificações cuja finalidade principal não seja a geração de energia elétrica a partir da fonte solar;
- f) R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por megawatt-hora para a energia solar produzida em instalações montadas sobre o solo;
- g) R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por megawatt-hora para a energia oceânica.

II – na modalidade de minigeração distribuída:

- a) R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais) por megawatt-hora para hidrelétricas;
- b) R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais) por megawatt-hora para energia obtida da biomassa proveniente de cultivos energéticos ou resíduos de atividades agrícolas, florestais ou industriais;
- c) R\$ 173,00 (cento e setenta e três reais) por megawatt-hora para energia obtida do biogás;
- d) R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais) por megawatt-hora para a energia eólica;
- e) R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por megawatt-hora para a energia solar produzida em instalações fixadas na cobertura ou fachada de edificações construídas cuja finalidade principal não seja a geração de energia elétrica a partir da fonte solar;
- f) R\$ 310,00 (trezentos e dez reais) por megawatt-hora para a energia solar produzida em instalações montadas sobre o solo;
- g) R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) por megawatt-hora para a energia oceânica.

§ 3º As tarifas a que se refere o § 2º serão reduzidas anualmente, para novas conexões, nos seguintes percentuais, de acordo com a fonte de energia:

- I – 1% (um por cento) para a energia hidrelétrica e a derivada da biomassa e biogás;
- II - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para a energia eólica e oceânica;
- III – 5% (cinco por cento) para a energia solar.

§ 4º O percentual de decréscimo anual referente ao valor a ser pago pela micro e minigeração distribuída, para o caso da energia solar, poderá ser aumentado, caso a capacidade instalada no país, no exercício anterior, supere a meta anual definida para a fonte em regulamento, que não poderá ser inferior a 1000 (mil) megawatts (MW).

§ 5º O valor da energia excedente, apurado conforme disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º, será creditado na fatura de energia elétrica seguinte.

§ 6º Quando o valor da fatura seguinte não for suficiente para que o consumidor recupere todo o crédito a que tem direito, os valores remanescentes serão abatidos, sucessivamente, nas próximas faturas, até o período de seis meses, a partir do qual o consumidor poderá optar por receber o montante acumulado em moeda corrente.

§ 7º Para o caso da microgeração distribuída, o custo da instalação de equipamentos de medição para permitir a aplicação das disposições de que trata este artigo será de responsabilidade das distribuidoras.

§ 8º Para o caso da geração de energia elétrica por microgeração distribuída, deverão ser padronizados, para todo o território nacional, os sistemas de medição e conexão, a forma de registro dos empreendimentos, bem como o modelo dos contratos de conexão e de uso dos sistemas de distribuição e de transmissão.

§ 9º A conexão das unidades de microgeração distribuída ao sistema de distribuição, no mesmo ponto de entrega de energia ao consumidor, deverá ser realizada no prazo máximo de noventa dias, após solicitação de seus proprietários, que serão responsáveis pelos custos de conexão.

§ 10. Os custos associados aos reforços na rede de distribuição eventualmente necessários para o recebimento da energia de que trata este artigo serão de responsabilidade das distribuidoras e serão considerados no cálculo das respectivas tarifas de distribuição.

§ 11. Os proprietários das centrais de micro e minigeração distribuída poderão se apropriar integralmente dos benefícios financeiros decorrentes da comercialização de reduções certificadas de emissões de gases de efeito estufa decorrentes da aplicação das disposições deste artigo.

§ 12. As centrais de micro e minigeração distribuída estarão isentas do pagamento de tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

§ 13. Quando micro ou minigeração distribuída for conectada diretamente à rede de distribuição, com o propósito de fornecer energia ao sistema elétrico, a energia injetada será obrigatoriamente adquirida pelas distribuidoras e será remunerada de acordo com o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º.

§ 14. Não se aplica o disposto no § 13 à fonte solar, cujas instalações de micro e minigeração distribuída não poderão apresentar excedente mensal superior a 50% da média mensal de consumo dos últimos doze meses da unidade consumidora a que estiverem vinculadas.

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 8º .....

.....

II - proveniente de:

.....

e) micro ou minigeração distribuída, constituídas de centrais de geração de energia elétrica de capacidade instalada até 100 quilowatts (kW) e 1000 kW, respectivamente, que utilizem, exclusivamente, fontes renováveis de energia.

.....” (NR)

Art. 5º. O inciso I do § 4º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

.....

§ 4º .....

I - aproveitamento hidrelétrico de que trata o inciso I do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, aproveitamento hidrelétrico com potência igual ou inferior a 1.000 kW, ou a geração de energia elétrica a partir de fontes eólica, solar, biomassa e gás natural, que venha a ser implantado em sistema elétrico isolado e substitua a geração termelétrica que

utilize derivado de petróleo ou desloque sua operação para atender ao incremento do mercado;

.....” (NR)

### Seção III

#### Da Elevação da Capacidade Energética das Hidrelétricas

Art. 6º O art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. ....

§ 7º As autorizações e concessões que venham a ter acréscimo de capacidade na forma do inciso V deste artigo serão prorrogadas por prazo suficiente à amortização dos investimentos, limitado a 20 (vinte) anos.

§ 10. Aplicam-se os benefícios previstos nos §§ 1º e 5º deste artigo às pequenas centrais hidrelétricas que venham a ter acréscimo de capacidade na forma do inciso V deste artigo, independentemente da destinação da energia produzida.” (NR)

### Seção IV

#### Dos Certificados Comercializáveis de Energia Alternativa Renovável

Art. 7º Ficam instituídos os Certificados Comercializáveis de Energia Renovável.

Art. 8º O Certificado Comercializável de Energia Renovável, depois de registrado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, constitui a obrigação do agente de geração vendedor de fornecer aos agentes atuantes no Ambiente de Contratação Livre, no decorrer do período estabelecido, o montante de energia elétrica especificado no documento.

Parágrafo único. Os Certificados Comercializáveis de Energia Renovável serão comercializáveis desde a sua emissão até o final do período de fornecimento, respeitados, nesse último caso, os saldos de energia remanescentes.

Art. 9º O montante de energia elétrica especificado no Certificado Comercializável de Energia Renovável deverá representar parcela da efetiva capacidade de empreendimento de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

Art. 10. Os Certificados Comercializáveis de Energia Renovável registrados na CCEE poderão ser utilizados para comprovar a contratação de energia necessária para atendimento à carga dos consumidores livres de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

### Seção V

#### Da Energia Solar

Art. 11. As instituições financeiras e os agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação deverão incluir o custo de sistema de aquecimento solar de água e de sistema de geração de energia fotovoltaica nos financiamentos imobiliários que utilizarem recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Orçamento Geral da União – OGU, se assim solicitado pelo proponente do financiamento.

Art. 12. Recursos da Reserva Global de Reversão, de que trata o § 2º do artigo 13 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, poderão ser utilizados para financiar a aquisição de sistemas de aquecimento solar de



água e de sistema de geração de energia fotovoltaica a serem instalados nas edificações residenciais brasileiras.

§ 1º Os recursos de que trata o caput serão repassados aos consumidores residenciais pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição de energia elétrica.

§ 2º Os financiamentos dos consumidores residenciais de energia elétrica que adquirirem sistemas de aquecimento solar ou sistema de geração de energia fotovoltaica na forma do disposto neste artigo serão pagos por meio de parcelas mensais cobradas por intermédio das faturas de energia elétrica.

§ 3º A taxa de juros anual máxima para a concessão dos financiamentos previstos neste artigo será a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

§ 4º Além da taxa de juros prevista no § 3º, poderão ser cobrados dos consumidores financiados os custos administrativos incorridos pelos agentes de distribuição de energia elétrica para concessão dos financiamentos.

Art. 13. O art. 82 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os recursos do PMCMV somente poderão ser utilizados para o financiamento da construção ou aquisição de imóveis residenciais novos que possuam sistema termossolar de aquecimento de água.

§ 1º Fica autorizado o custeio, no âmbito do PMCMV, da aquisição e instalação de equipamentos para produção de energia fotovoltaica ou que contribuam para a redução do consumo de água em moradias.

§ 2º No caso de empreendimentos com recursos do FAR, poderão ser financiados também equipamentos de educação, saúde e outros equipamentos sociais complementares à habitação, nos termos do regulamento.

§ 3º O disposto no caput não se aplica para o caso dos projetos em que o interessado demonstrar a inviabilidade técnica de instalação de sistema termossolar de aquecimento de água”.

(NR)

## Seção VI

### Das Pesquisas em Fontes Alternativas Renováveis de Energia

Art. 14. O art. 4º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

I – 25% (vinte e cinco por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991;

II – 25% (vinte e cinco por cento) para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

III – 20% (vinte por cento) para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e estudos para levantamento dos potenciais hidrelétricos, eólicos, solares e da biomassa compatíveis com a micro e a minigeração distribuídas;

IV – 30% (trinta por cento) para o Fundo para Pesquisas em Fontes Alternativas Renováveis de Energia Elétrica e Solar.

.....” (NR)

Art. 15. Fica instituído o Fundo para Pesquisas em Fontes Alternativas Renováveis de Energia Elétrica e Solar, constituído pelos seguintes recursos:

I – recursos a ele destinados por intermédio do inciso IV do art. 4º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;

II – recursos orçamentários a ele especificamente destinados;

III – rendimentos de operações financeiras que realizar;

IV - recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal;

V - doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

VI - empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;

VII - reversão dos saldos anuais não aplicados.

Parágrafo único. O Fundo para Pesquisas em Fontes Alternativas Renováveis de Energia Elétrica e Solar terá o objetivo de financiar as atividades de pesquisa científica, capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico realizadas em centro nacional de pesquisas em fontes alternativas renováveis para produção de energia elétrica e solar térmica.

## Seção VII

### Da Produção de Biocombustíveis em Pequena Escala

Art. 16. As pequenas unidades de produção de biocombustíveis poderão vender seus produtos diretamente para os postos revendedores de combustíveis ou para os consumidores finais, por intermédio de postos revendedores próprios, registrados na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Art. 17. As cooperativas de pequenos produtores rurais, assim definidos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, poderão vender os biocombustíveis por elas produzidos diretamente para os postos revendedores de combustíveis ou para os consumidores finais, por intermédio de postos revendedores próprios, registrados na ANP.

Art. 18. Cooperativa de produtores rurais poderá ser autorizada a transportar, por meio de gasoduto, os biocombustíveis gasosos produzidos pelos associados, de maneira a possibilitar que sejam consumidos, transformados, armazenados ou comercializados de forma centralizada pela cooperativa.

Parágrafo único. A autorização para o transporte de biogás na forma do caput será concedida pela entidade federal competente para regular as atividades de transporte de biocombustíveis.

## Seção VIII

### Do Crédito à Produção de Energia em Pequena Escala

Art. 19. Fica instituído o Programa Nacional de Crédito aos Pequenos Produtores de Energia Renovável - PPER, com o objetivo de prover recursos para financiar a implantação de pequenas centrais de energia renovável e de pequenas unidades de produção de biocombustíveis.

§ 1º São beneficiárias do PPER as pessoas físicas e jurídicas que possuam projetos para implantação de pequenas centrais de energia renovável e de pequenas unidades de produção de biocombustíveis.

§ 2º São recursos destinados ao PPER os provenientes:

I - do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT;

II - do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009;

III - do orçamento geral da União.

Art. 20. Fica instituído o Fundo de Garantia aos Pequenos Produtores de Energia Renovável - FGER, que terá por finalidade prestar garantias aos financiamentos concedidos por instituição financeira para a

implantação de pequenas centrais de energia renovável e de pequenas unidades de produção de biocombustíveis.

Parágrafo único. O FGER contará com recursos:

I – da Reserva Global de Reversão - RGR, de que trata o § 2º do artigo 13 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;

II – recursos orçamentários a ele especificamente destinados;

III – rendimentos de operações financeiras que realizar;

IV - doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

V - empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;

VI - reversão dos saldos anuais não aplicados.

## Seção IX

### Dos Incentivos Tributários

Art. 21. Os veículos automóveis elétricos e elétricos híbridos, bem como aqueles movidos a hidrogênio ou ar comprimido, ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, inclusive quanto a partes, peças, acessórios e insumos utilizados em sua fabricação ou que os integrem.

Art. 22. O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários emitidos por empresas geradoras de energia a partir de fontes alternativas renováveis, bem como de empresas industriais produtoras de equipamentos, partes, peças e acessórios que sejam destinados à produção de energia proveniente de fontes alternativas renováveis, terá alíquota cinco pontos percentuais inferiores à alíquota aplicável à taxa dos demais fundos de investimentos classificados como de renda variável.

Art. 23. O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 .....

.....

§ 3º Poderão ser deduzidos, até o limite de 8% (oito por cento), por período de apuração, do lucro operacional da pessoa jurídica, os gastos com a aquisição de bens e prestação de serviços a serem utilizados ou incorporados na construção ou montagem de instalações destinadas ao aproveitamento, pelo adquirente dos bens ou tomador dos serviços, de energia solar ou eólica ou de outras fontes alternativas renováveis utilizadas na geração de energia elétrica.

§ 4º O saldo remanescente da dedução prevista no § 3º deste artigo, não aproveitado devido ao limite de que trata o referido parágrafo, poderá ser deduzido nos períodos de apuração seguintes.

§ 5º O disposto nos §§ 3º e 4º não exclui outras deduções previstas na legislação tributária.” (NR)

Art. 24. O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

.....

II – .....

.....

h) a gastos com a aquisição de bens e com a prestação de serviços a serem utilizados ou incorporados na construção ou montagem de instalações destinadas ao aproveitamento, pelo

adquirente dos bens ou tomador dos serviços, de energia solar ou eólica ou de outras fontes alternativas renováveis utilizadas na geração de energia elétrica;

.....  
§ 4º A dedução prevista na alínea “h” do inciso II do caput deste artigo fica limitada a 8% (oito por cento), por ano-calendário, da soma dos rendimentos de que trata o inciso I do caput deste artigo.” (NR)

Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Justificativa:

As energias renováveis são de grande importância para o Brasil. Explorá-las implica na diversificação de nossa matriz energética de forma limpa, com a redução de emissões de poluentes, incluídos os causadores de efeito estufa, e o aumento da segurança energética.

O Brasil tem obtido grande êxito na utilização das fontes renováveis em grande escala, como atestam o sucesso dos recentes leilões de energia elétrica na contratação das fontes eólica e hidrelétrica, assim como importante participação do etanol e do biodiesel no mercado de combustíveis líquidos.

Como resultado, o Brasil apresenta uma participação de renováveis de 45,5% em sua oferta de energia, enquanto a média mundial é de 13,3%.

Todavia, observa-se que a legislação brasileira possui uma importante lacuna no campo das fontes renováveis. As normas em vigor não permitem a produção de energia em instalações de pequena escala, como painéis fotovoltaicos montados sobre telhados de residências. Para geração de energia nessa ordem de grandeza e sua injeção na rede de distribuição de energia elétrica são exigidos os mesmos equipamentos requeridos para o caso das grandes usinas. A comercialização da energia, por sua vez, requer os mesmos procedimentos burocráticos que as grandes plantas de geração. Além disso, os preços pagos aos pequenos produtores de energia são incompatíveis com os custos incorridos e com os benefícios que trazem ao setor energético e à sociedade como um todo.

Em razão desse ambiente hostil, observa-se que o Brasil está em posição de grande desvantagem quando se analisa o panorama da produção de energia em pequena escala no mundo. Essa situação nos impõe custos econômicos, ambientais e sociais e precisa ser revertida.

O propósito desse projeto de lei é contribuir para o desenvolvimento das fontes alternativas renováveis de energia, que foram definidas como energia eólica, solar, geotérmica, de pequenos aproveitamentos de potenciais hidráulicos, da biomassa, dos oceanos e as pequenas unidades de produção de biocombustíveis.

A elaboração desta proposição foi subsidiada por amplo estudo realizado no âmbito do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica e teve também como referência, entre outras propostas, o substitutivo final aprovado pela comissão especial destinada a apreciar o Projeto de Lei nº 630/2003 e demais projetos apensados.

No que se refere à produção de energia elétrica em pequena escala, propomos a criação de duas novas modalidades de geração, a micro e a minigeração distribuída. Por meio dessas duas modalidades, o consumidor de energia elétrica que também produzi-la poderá abater a energia injetada na rede do seu consumo de eletricidade. Caso a geração seja superior ao consumo, serão gerados créditos a serem compensados nos seis meses seguintes. Após esse prazo, poderá resgatar o saldo em moeda corrente, de acordo com a fonte de energia utilizada.

Quando as instalações de micro e minigeração distribuída possuírem o propósito único de gerar energia elétrica, as distribuidoras também deverão adquirir a energia produzida e deverão remunerá-la por valores que variam de acordo com a fonte de geração.

As instalações de microgeração distribuída são aquelas com capacidade instalada de geração de até 100 quilowatts (kW). Por sua vez, considera-se minigeração distribuída a derivada de instalações cuja capacidade instalada seja superior a 100 kW e igual ou inferior a 1000 kW. Essas faixas de potência são compatíveis com as medidas propostos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, por meio da

Audiência Pública nº 42/2011, instituída para ouvir a sociedade sobre a minuta de resolução que visa a para reduzir as barreiras para a instalação de micro e minigeração distribuída incentivada.

Com a criação dessas novas modalidades, deverá surgir um novo mercado no país para equipamentos e serviços de geração de energia elétrica em pequena escala. Com isso, abre-se a possibilidade de instalação de toda uma cadeia produtiva no setor, como a implantação de unidades industriais de produção de painéis fotovoltaicos, por exemplo. Essa indústria apresentou grande expansão no mundo, mas não alcançou o Brasil, em razão da deficiência de nossa legislação, apesar de possuímos as maiores reservas de silício do planeta, principal matéria-prima para a produção dos módulos solares.

Quanto à energia solar fotovoltaica, convém ressaltar que, de acordo com a Aneel, essa fonte já é viável no Brasil e pode contribuir para melhorar as condições de nossa rede elétrica. Em nota técnica, datada de 20 de junho de 2011, que subsidiou a realização de audiência pública para receber contribuições para reduzir as barreiras à geração distribuída de pequeno porte, a área técnica da agência demonstrou essa viabilidade.

Nesse documento da agência reguladora, foi informado que nove distribuidoras possuem tarifas finais acima de R\$ 600 por megawatt-hora (MWh) e 22 praticam tarifas entre R\$ 500 e R\$ 600 por MWh, abrangendo estados como Minas Gerais, Maranhão, Tocantins, Ceará, Piauí, parte do Rio de Janeiro, Mato Grosso e interior de São Paulo. Assim, como o custo da geração fotovoltaica é estimado entre R\$ 500 e R\$ 600 por MWh, essa fonte já pode ser viável nas áreas de concessão dessas 31 distribuidoras.

É preciso considerar também que a instalação de pequenas unidades de geração distribuída nas áreas rurais poderá contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável no campo, promovendo melhor distribuição de renda que o modelo centralizado de produção de eletricidade hoje vigente. O efeito multiplicador dessa nova atividade no meio rural certamente contribuirá para redução das desigualdades regionais, que é um dos objetivos primordiais de nossa República, conforme assentado no artigo 3º da Constituição Federal.

Esta proposta também prevê a adoção de incentivos para facilitar o acréscimo da capacidade de geração de energia das hidrelétricas, uma vez que a elevação da eficiência dos aproveitamentos é a forma mais barata e de menor impacto ambiental para aumento da produção de energia renovável no país.

Propomos ainda a criação de certificados comercializáveis de energia alternativa renovável, que terão a finalidade facilitar a negociação da energia produzida por fontes limpas no ambiente de contratação livre de energia elétrica.

Em relação à energia solar, o projeto prevê também a exigência de que as instituições financeiras passem a incorporar nos financiamentos imobiliários a instalação de sistema de aquecimento solar de água e de sistema de geração de energia fotovoltaica. Prevê, ainda, a instituição de mecanismo em que os consumidores de energia elétrica possam obter financiamento para instalação de sistemas de energia solar, térmicos ou fotovoltaicos, por meio da distribuidora de energia elétrica, sendo as parcelas correspondentes ao pagamento cobradas por meio da fatura de energia elétrica. Propomos também que, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, seja obrigatória a utilização da energia termossolar, que reduz sobremaneira os dispêndios em energia elétrica das famílias de baixa renda. Nesse programa governamental, propomos ainda que seja facultativa a utilização de sistema fotovoltaico.

O objetivo dessas medidas é eliminar uma das principais barreiras para a utilização da energia solar, referente ao custo inicial de aquisição e instalação dos equipamentos necessários para seu aproveitamento. Dessa maneira, serão beneficiados os consumidores finais, enquanto se cria o mercado que permitirá o desenvolvimento da indústria de energia solar, com grande geração de emprego e renda.

Quanto à disponibilização de crédito para a produção de energia em pequena escala, o projeto prevê a instituição de programa que contará, principalmente, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa medida é fundamental, pois aqueles que desejam produzir energia a partir de fontes renováveis, por meio de empreendimentos de menor porte, encontram grande dificuldade na obtenção de recursos financeiros, o que não ocorre para o caso dos grandes empreendimentos energéticos.

Ainda com relação a esse ponto do crédito, esta proposição também ataca outra relevante barreira para esses pequenos empreendimentos, que é a obtenção de garantia para aprovação dos financiamentos. Propomos, assim, a criação de um fundo garantidor, com a finalidade de prestar garantias aos financiamentos concedidos por instituição financeira para a implantação de pequenas centrais de energia renovável e de pequenas unidades de produção de biocombustíveis.

No que se refere à pesquisa e desenvolvimento das fontes alternativas renováveis, o projeto propõe a criação do Fundo para Pesquisas em Fontes Alternativas Renováveis de Energia Elétrica e Solar,

constituído, principalmente, de recursos provenientes das aplicações obrigatórias das empresas do setor elétrico em pesquisa e desenvolvimento. O objetivo do fundo será financiar as atividades de pesquisa científica, capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico realizadas em um centro nacional de pesquisas em fontes alternativas renováveis de energia elétrica e solar. A criação desse centro facilitará a coordenação dos esforços das atividades de pesquisa no Brasil, possibilitando maiores avanços técnicos e aumentando a efetividade da aplicação dos recursos.

Este projeto de lei prevê também que os recursos provenientes das empresas do setor elétrico para financiar estudos afetos aos potenciais hidrelétricos sejam também utilizados para levantamento dos potenciais hidrelétricos, eólicos, solares e da biomassa compatíveis com a micro e a minigeração distribuída.

Esta proposição inclui também dispositivos que permitem que as pequenas unidades de produção de biocombustíveis e as cooperativas de produtores rurais comercializem os biocombustíveis produzidos diretamente com os postos revendedores, ou com os consumidores finais. Dessa forma, procura-se alterar o modelo vigente que, especialmente para o caso do etanol, favorece os grandes empreendimentos de produção, e impede uma maior participação dos pequenos e médios agricultores. A medida sugerida terá o efeito de promover maior inclusão social e desenvolvimento regional, com melhor distribuição de renda nas áreas rurais.

Quanto aos biocombustíveis gasosos, como, por exemplo, o biogás produzido a partir da digestão anaeróbica de dejetos de animais, o projeto permite que cooperativa de produtores rurais utilizem gasoduto para transportar o produto até o local onde lhe será dada uma destinação conjunta. Na cooperativa o biocombustível poderá ser queimado para a produção de energia elétrica ou calor. Poderá também ser tratado e utilizado para outros fins, como combustível automotivo ou insumo em indústria química. Com essa medida, é favorecida a produção de energia renovável, com o benefício adicional de fornecer uma destinação a resíduos que poderiam, de outra forma, vir a poluir os recursos hídricos da região onde são produzidos.

Por fim, foram incluídos na proposta incentivos tributários que contemplam os veículos elétricos e híbridos, bem como aqueles movidos a hidrogênio ou ar comprimido; os fundos de investimento financeiro cujos recursos são aplicados em fontes alternativas renováveis de energia; e deduções no imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas dos recursos aplicados em energias alternativas renováveis.

As medidas propostas neste projeto terão como resultado aumento significativo da produção de energia de forma descentralizada no Brasil, o que trará, certamente, extraordinários benefícios ambientais, econômicos e sociais. Por esse motivo, solicitamos aos colegas parlamentares decisivo apoio para sua rápida transformação em lei.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado PEDRO UCZAI (PT-SC)

Relator do tema no Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE)

Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica

Deputado ARNALDO JARDIM (PPS-SP)

Deputado ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)

Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)

Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT-BA)

Deputado JAIME MARTINS (PR-MG)

Deputado JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP)

Deputado MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)

Deputado NEWTON LIMA (PT-SP)

Deputada TERESA SURITA (PMDB-RR)

Deputado WALDIR MARANHÃO (PP-MA)



## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=545603>

**Data de Apresentação:** 23/05/2012

**Ementa:** Estabelece incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, altera as Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648, de 27 de maio de 1998; nº 9.991, de 24 de julho de 2000; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e dá outras providências.

**Indexação:** Alteração, Legislação Tributária Federal, Lei da ANEEL, Lei do Desenvolvimento do Setor Elétrico, Lei de Comercialização Energia Elétrica, Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida, energia elétrica, incentivo, produção, fonte renovável de energia, criação, certificados comercializáveis de energia renovável, energia solar, financiamento habitacional.\_ Criação, Fundo para pesquisas em fontes alternativas renováveis de energia elétrica e solar, comercialização, biocombustível.\_ Criação, Programa Nacional de crédito aos pequenos produtores de energia renovável.\_ Criação, Fundo de garantia aos pequenos produtores de energia renovável, incentivo fiscal.

## Tramitação:

### 23/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei n. 3924/2012, pelos Deputados Pedro Uczai (PT-SC) e outros, que: "Estabelece incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, altera as Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; nº 9.648, de 27 de maio de 1998; nº 9.991, de 24 de julho de 2000; nº 10.848, de 15 de março de 2004; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e dá outras providências".*

### 23/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação inicial no DCD do dia 24/05/2012*

## PROJETO DE LEI Nº3.899, DE 2012

*Jandira Feghali - PCdoB/RJ*

*Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.*

O Congresso Nacional decreta:

### CAPÍTULO I DOS CONCEITOS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis, voltada para o incentivo da adoção de práticas de consumo e produção ecológica e economicamente sustentáveis.

Parágrafo único. A Política Nacional de estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis integra a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e se articula com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei se entende por:

I – consumo sustentável: o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando melhor qualidade de vida, com o menor uso possível de recursos naturais e materiais tóxicos e a menor geração possível de resíduos e emissão de poluentes durante todo o ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo a não colocar em risco as necessidades das futuras gerações;

II – produção sustentável: a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida, de bens e serviços das melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais;

III – desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente adequado, de forma a atender às necessidades das presentes gerações, sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias demandas;

IV – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010;

V - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

VI – economia criativa: conjunto de habilidades coordenadas para geração de riquezas e criação de empregos, que compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, comunicação e novas tecnologias, para gerar e distribuir bens, produtos ou serviços com valor simbólico ou econômico.

VII – serviços ambientais: iniciativas individuais ou coletivas que podem favorecer a manutenção, a recuperação ou o melhoramento dos serviços prestados pelos ecossistemas;

VIII – Agenda 21: documento assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, que consiste em 40 programas de ação para chegar ao desenvolvimento sustentável;

IX – Agenda 21 local: processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21, o qual é composto por governo e sociedade civil e é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento

Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo.



## CAPÍTULO II

### DA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO E AO CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis:

I – a prevenção e a precaução;

II – o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III – a visão sistêmica, na produção e consumo, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV – o desenvolvimento sustentável;

V – a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam às necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais;

VI – a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII – a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII – o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX – o respeito às diversidades locais e regionais;

X – o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI – a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 4º São diretrizes da Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis:

I – a erradicação da pobreza;

II – a segurança alimentar e nutricional;

III – a equidade ao consumo e ao acesso à energia;

IV – o acesso à saúde;

V – o acesso à educação;

VI – o acesso à cultura;

VII – a economia criativa;

VIII – a formalização das relações de trabalho;

IX – o fomento às Agendas 21 locais;

X – o desenvolvimento urbano;

XI – a promoção da inovação e o acesso à tecnologia;

XII – a promoção de ações voltadas à mitigação da mudança global do clima e seus efeitos e, de adaptação aos efeitos não evitáveis;

XIII – o incentivo e o reconhecimento das medicinas tradicionais e populares para contribuir para o avanço nessas áreas, haja vista que os saberes e práticas tradicionais apresentam estreita relação com os recursos ambientais e da biodiversidade, bem como, podem possibilitar a inclusão social de povos e comunidades tradicionais no complexo produtivo da saúde.

Art. 5º São objetivos da Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis:

I – proteger a saúde pública e preservar e melhorar a qualidade ambiental;

II – criar mecanismos de fomento à produção e ao consumo sustentáveis;

III – estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV – incentivar o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V – estimular os consumidores a escolher produtos que sejam produzidos com base em processos ecologicamente sustentáveis;

VI – evitar o desperdício e estimular a redução do consumo de água, energia e outros recursos naturais, renováveis e não-renováveis, no âmbito residencial e das atividades de produção, de comércio e de serviços;

VII – promover o incremento de energia renovável, em especial de fontes alternativas, na matriz energética brasileira;

VIII – promover a redução do acúmulo de resíduos sólidos, por meio da implantação da logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010;

IX – incentivar a indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

X – estimular as empresas a incorporarem as dimensões social, cultural e ambiental no processo de produção e gestão;

XI – incentivar a implementação da avaliação do ciclo de vida dos produtos;

XII – fomentar o uso de recursos naturais com base em técnicas e formas de manejo ecologicamente sustentáveis;

XIII – fomentar o reconhecimento e a promoção de práticas social e ambientalmente adequadas pela Administração Pública e pela iniciativa privada;

XIV – zelar pelo direito à informação e incentivar a rotulagem de desempenho ambiental de produtos e serviços;

XV – incentivar a certificação ambiental;

XVI – promover a articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a produção e o consumo sustentáveis;

XVII – promover a capacitação técnica continuada na gestão ambiental;

XVIII – dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, a:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional para o estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis:

I – o Selo Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis;

II – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios, na forma da legislação pertinente;

III – o pagamento por serviços ambientais, na forma de legislação específica;

IV – o investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos termos da Lei nº 11.196, de 2005, e da Lei nº 11.487, de 2007.

### CAPÍTULO III

#### DO SELO DE PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Art. 7º Fica instituído o Selo de Produção e Consumo Sustentáveis, com o objetivo de estimular práticas de produção e consumo sustentáveis e desestimular o consumo de bens e serviços que não atendam aos princípios da sustentabilidade ambiental e da equidade social.

§ 1º Na concessão do selo de produção e consumo sustentáveis, serão considerados os seguintes aspectos:

I – procedimentos adotados para redução da quantidade e periculosidade dos resíduos gerados e incremento da reciclagem, assim como destinação final ambientalmente adequada;

II – procedimentos adotados para redução do potencial de poluição e degradação do meio ambiente, incluindo a redução da emissão de gases de efeito estufa, assim como recuperação ou neutralização dos gases que não puderem deixar de ser emitidos;

III – consumo de energia, incluindo a participação de fontes renováveis de energia;

IV – consumo de recursos naturais;

V – possibilidades de reciclagem, reutilização e retorno dos bens produzidos;

VI – existência de sistema de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010.

§ 2º Na análise dos aspectos a que se refere o § 1º, serão consideradas as fases de produção e utilização do bem ou prestação do serviço, bem como a eliminação dos resíduos gerados.

§ 3º O selo de produção e consumo sustentáveis será concedido por instituição credenciada pelo órgão federal competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), conforme critérios estabelecidos conjuntamente pelos órgãos consultivos do Sisnama e do Sinmetro.

§ 4º Os órgãos integrantes do SISNAMA promoverão a divulgação do selo de produção e consumo sustentável e as condições para a sua concessão.

§ 5º A instituição concedente do selo de produção e consumo sustentáveis é responsável pelo sigilo das informações caracterizadas como sigilo industrial obtidas no processo de análise.

§ 6º O órgão consultivo e deliberativo do Sisnama estabelecerá:

I – critérios para o credenciamento de instituições que poderão conceder o selo de produção e consumo sustentável;

II – critérios para a avaliação impacto potencial dos produtos e serviços sobre o meio ambiente;

III – padrões mínimos dos produtos e serviços para a concessão do selo ambiental.

Art. 8º O selo de produção e consumo sustentáveis será concedido por tempo determinado, podendo ser prorrogado a critério da entidade credenciadora.

§ 1º A fiscalização e o controle da concessão e utilização do selo de produção e consumo sustentáveis será exercida pelos órgãos integrantes do Sisnama.

§ 2º Independentemente da aplicação das sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências", o selo de produção e consumo sustentáveis poderá ser cancelado quando:

I – for descoberta propriedade do produto ou serviço que seja nociva ao meio ambiente e não tenha sido considerada quando da sua concessão;

II – houver utilização do selo em desacordo com os requisitos estabelecidos na sua concessão.

## CAPÍTULO IV

### INCENTIVOS PARA A PRODUÇÃO E O CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Art. 9º Até 31 de dezembro de 2016, o estabelecimento industrial que obtiver o selo de produção e consumo sustentáveis, e que o mantenha durante todo o período de apuração, faz jus a redução de 10% (dez por cento) do imposto de renda correspondente à parcela do lucro proporcional ao faturamento obtido com a venda dos produtos classificados com o selo de produção e consumo sustentáveis, em relação ao faturamento total, na forma do regulamento.

Art. 10. O art. 5º da Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

.....

§ 3º O crédito presumido de que trata este artigo será calculado pelo adquirente mediante a aplicação da alíquota da TIPI a que estiver sujeito o produto sobre até 50% (cinquenta por cento) do valor dos insumos resultantes da recuperação de resíduos sólidos constantes da nota fiscal de aquisição, observado o § 2º deste artigo.

§ 4º O percentual de que trata o § 3º deste artigo será fixado em ato do Poder Executivo.” (NR)

Art. 11. A pessoa jurídica que exerça preponderantemente a atividade de reciclagem de resíduos sólidos ou atividades relacionadas às suas etapas preparatórias, conforme definido pelo regulamento, que tenha

recebido o selo de produção e consumo sustentáveis o mantenha durante todo o período de apuração, nos termos do art. 7º, faz jus a:

I – redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, previstas na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), incidente sobre a aquisição ou importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, assim como acessórios sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, destinados à reciclagem de resíduos sólidos e ao seu aproveitamento como fonte geradora de energia;

II – crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, calculado pela aplicação, sobre o valor do imposto devido, de coeficiente proporcional ao grau de utilização de matéria prima reciclada em cada produto, conforme definido em regulamento;

§ 1º Considera-se preponderante a atividade de reciclagem de resíduos sólidos ou relacionada a suas etapas preparatórias quando a receita operacional delas decorrente corresponder ao mínimo de 80% (oitenta por cento) da receita bruta anual da pessoa jurídica, de acordo com as condições e critérios fixadas pelo regulamento.

§ 2º A transferência de propriedade ou a cessão de uso, a qualquer título, dos bens adquiridos ou importados nos termos deste artigo, antes de dois anos contados da data de sua aquisição, a pessoa que não satisfaça as condições e requisitos para o gozo do benefício, será precedida de recolhimento, pelo alienante ou cedente, do tributo correspondente à redução de alíquota de que trata o inciso I do caput.

§ 3º Caso se apure que a pessoa jurídica beneficiária não satisfazia, ou deixou de satisfazer, qualquer das condições e requisitos estabelecidos neste artigo ou no regulamento para o gozo do benefício, fica ela obrigada a recolher o tributo correspondente.

§ 4º Nas hipóteses dos §§ 2º e 3º, fica a pessoa jurídica obrigada também a recolher juros e multa de mora, contados a partir da data do fato gerador, referentes ao imposto não pago ou à compensação do crédito presumido indevidamente apurado.

§ 5º Não sendo efetuado o recolhimento na forma do § 4º, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa de que trata o caput do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 12. O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art.13. O parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 13. ....

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

.....

VII – a sensibilização da sociedade para a produção e o consumo sustentáveis.” (NR)

Art. 14. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências” passa a vigorar acrescida do seguinte art. 60A:

“Art. 60A. Falsificar ou adulterar o selo de produção e consumo sustentáveis, bem como utilizá-lo em desacordo com o previsto nesta lei e em sua regulamentação.

Pena: detenção, de um a seis meses, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem concede o selo de produção e consumo sustentáveis em desacordo com o previsto nesta lei e em sua regulamentação.” (NR)

Art. 15. A União estimulará os Estados e Municípios a formularem suas políticas de produção e consumo sustentáveis, por meio das Agendas 21 locais.

Art. 16. Fica revogado o art. 6º da Lei nº 10.375, de 2010.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Justificativa:

Discutem-se, há alguns anos, os efeitos perversos do modelo de crescimento econômico da sociedade moderna e formas para compatibilizar a necessidade de uso dos recursos naturais com o equilíbrio ambiental, de forma economicamente viável e socialmente justa. Também está incluída nessa discussão os direitos das gerações futuras quanto ao uso de tais recursos, ou seja, devemos encontrar formas de atender às nossas necessidades, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Esse é o conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente debatido na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Conferência do Rio ou Rio-92, e a partir de então.

Da Rio-92, resultaram quatro compromissos importantes: a Declaração do Rio (ou Carta da Terra), a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e a Agenda 21.

A Agenda 21, assinada por mais de 170 países, é um plano abrangente de ação destinado a promover o desenvolvimento sustentável, em escala planetária, até o século XXI. Nos 40 capítulos que compõem o documento, são propostas ações para resolver problemas cruciais relacionados a pobreza, condições da saúde humana, assentamentos humanos, poluição do ar e da água, desmatamento, desertificação, seca, redução da diversidade biológica, produção agrícola, recursos hídricos, resíduos e substâncias perigosas.

O tema da mudança dos padrões de consumo, por ser muito abrangente, é tratado em diversos pontos da Agenda 21, em especial nos que tratam de energia, transportes e resíduos, bem como nos capítulos dedicados aos instrumentos econômicos e à transferência de tecnologia, mas também é objeto de capítulo específico (Capítulo 4).

Conforme esse capítulo, as principais causas da deterioração do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de produção e consumo, especialmente nos países industrializados. Além disso, esses padrões provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios. Enquanto em determinadas partes do mundo os padrões de consumo são extremamente altos, as camadas mais pobres da população não têm atendidas

suas necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia e educação. Assim, a mudança dos padrões de consumo exigirá uma estratégia multifacetada centrada na demanda, no atendimento das necessidades básicas dos pobres e na redução do desperdício e do uso de recursos finitos no processo de produção.

Ainda de acordo com o Capítulo 4 da Agenda 21, todos os países devem empenhar-se na promoção de padrões sustentáveis de consumo, cabendo aos países desenvolvidos a liderança nesse processo. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem procurar atingir padrões sustentáveis de consumo, garantindo o atendimento das necessidades das populações pobres.

A fim atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, é necessário eficiência na produção e mudanças nos padrões de consumo, com prioridade ao uso ótimo dos recursos e à redução do desperdício.

Em 2002, na reunião para avaliar os resultados obtidos desde a Rio-92, foi aprovado o Plano de Johannesburg, que propôs a elaboração de um conjunto de programas que apoiem e fortaleçam iniciativas regionais e nacionais para promoção de mudanças nos padrões de consumo e produção.

Uma das respostas a esse Plano começou a ser formulada quase imediatamente, em 2003, quando teve início o Processo de Marrakesh, que solicita e estimula que cada país a desenvolver seu plano de ação de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).

O conceito de PCS, vale ressaltar, é mais que a soma de produção e consumo. Trata-se de abordagem integrada entre produção e consumo, considerando que há relação de influência e dependência recíproca entre essas duas dimensões da ação humana.

O Brasil aderiu ao Processo de Marrakesh em 2007 e vem trabalhando desde então para a elaboração do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis.

A Rio + 20, nova Conferência das Nações Unidas que será realizada neste ano no Brasil em comemoração aos vinte anos da Rio 92, tem por objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na

implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

O Governo Brasileiro tem sido um dos principais interlocutores neste debate, destacando-se ao focar as discussões na interface de desenvolvimento sustentável com a erradicação da pobreza, por meio da inclusão social.

A Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis que ora propomos não apenas complementa o esforço do Poder Executivo, mas também cria instrumentos relevantes para que os objetivos do desenvolvimento sustentável sejam alcançados rapidamente.

Pelo exposto, contamos com apoio dos ilustres Pares para a discussão, aprimoramento e aprovação do projeto de lei que apresentamos.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2012.

Deputada Jandira Feghali

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=545304>

**Data de Apresentação:** 22/05/2012

**Ementa:** Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

**Explicação da Ementa:** Altera as Leis nºs 9.605, de 1998; 9.795, de 1999; 12.375, de 2010. Revoga dispositivo da Lei nº 10.375, de 2010.

**Indexação:** Criação, Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis, redução, consumo, água, energia, recursos naturais, resíduos sólidos, incentivo, reciclagem, selo de certificação. Alteração, lei federal, aplicação, percentual, crédito presumido, IPI, produto, recuperação, resíduos sólidos. Alteração, Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, campanha educativa, consumo, produção, sustentabilidade, Lei dos crimes Ambientais, penalidade, falsificação, selo de certificação.

---

## Tramitação:

**22/05/2012 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 3899/2012, pela Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que: "Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis".*

**22/05/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação inicial no DCD do dia 23/05/2012*



## MEDIDA PROVISÓRIA Nº571, DE 2012

### Poder Executivo

*Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.*

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento das florestas existentes no território nacional e demais formas de vegetação nativa como bens de interesse comum a todos os habitantes do País;

II - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, da biodiversidade, do solo e dos recursos hídricos, e com a integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras;

III - reconhecimento da função estratégica da produção rural na recuperação e manutenção das florestas e demais formas de vegetação nativa, e do papel destas na sustentabilidade da produção agropecuária;

IV - consagração do compromisso do País com o modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, que concilie o uso produtivo da terra e a contribuição de serviços coletivos das florestas e demais formas de vegetação nativa privadas;

V - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, coordenada com a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Política Agrícola, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Política de Gestão de Florestas Públicas, a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional da Biodiversidade;

VI - responsabilidade comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais;

VII - fomento à inovação para o uso sustentável, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; e

VIII - criação e mobilização de incentivos jurídicos e econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa, e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.” (NR)

“Art. 3o .....

.....  
XII - vereda: fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com palmáceas, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas;

.....  
XXIV - pousio: prática de interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, em até 25% (vinte e cinco por cento) da área produtiva da propriedade ou posse, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo;

XXV - área abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada: área não efetivamente utilizada, nos termos dos §§ 3o e 4o do art. 6o da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ou que não atenda aos índices previstos no referido artigo, ressalvadas as áreas em pousio;

XXVI – áreas úmidas: pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma periódica por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação; e

XXVII – área urbana consolidada: aquela de que trata o inciso II do caput do art. 47 da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009.

.....” (NR)

“Art. 4o .....

IV – as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

XI – em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado.

§ 4o Fica dispensado o estabelecimento das faixas de Área de Preservação Permanente no entorno das acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa.

§ 6o .....

V – não implique novas supressões de vegetação nativa.

§ 9o Em áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d’água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, sem prejuízo dos limites estabelecidos pelo inciso I do caput.

§ 10. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis Municipais de Uso do Solo, sem prejuízo do disposto nos incisos do caput.” (NR)

“Art. 5o Na implantação de reservatório d’água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana.

§ 1o Na implantação de reservatórios d’água artificiais de que trata o caput, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em conformidade com termo de referência expedido pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, não podendo exceder a dez por cento do total da Área de Preservação Permanente.

.....” (NR)

“Art. 6o .....

IX – proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional. (NR)

“Art. 10. Nos pantanais e planícies pantaneiras é permitida a exploração ecologicamente sustentável, devendo-se considerar as recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, ficando novas



supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo condicionadas à autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações mencionadas neste artigo.” (NR)

### “CAPÍTULO III-A DO USO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL DOS APICUNS E SALGADOS

Art. 11-A. A Zona Costeira é patrimônio nacional, nos termos do § 4o do art. 225 da Constituição, devendo sua ocupação e exploração se dar de modo ecologicamente sustentável.

§ 1o Os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que observados os seguintes requisitos:

I - área total ocupada em cada Estado não superior a 10% (dez por cento) dessa modalidade de fitofisionomia no bioma amazônico e a 35% (trinta e cinco por cento) no restante do País, excluídas as ocupações consolidadas que atendam ao disposto no § 6o;

II - salvaguarda da absoluta integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros;

III - licenciamento da atividade e das instalações pelo órgão ambiental estadual, cientificado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e, no caso de uso de terrenos de marinha ou outros bens da União, realizada regularização prévia da titulação perante a União;

IV - recolhimento, tratamento e disposição adequados dos efluentes e resíduos;

V - garantia da manutenção da qualidade da água e do solo, respeitadas as Áreas de Preservação Permanente; e

V - respeito às atividades tradicionais de sobrevivência das comunidades locais.

§ 2o A licença ambiental, na hipótese deste artigo, será de 5 (cinco) anos, renovável apenas se o empreendedor cumprir as exigências da legislação ambiental e do próprio licenciamento, mediante comprovação anual inclusive por mídia fotográfica.

§ 3o São sujeitos à apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA os novos empreendimentos:

I - com área superior a 50 (cinquenta) hectares, vedada a fragmentação do projeto para ocultar ou camuflar seu porte;

II - com área de até 50 (cinquenta) hectares, se potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente; ou

III - localizados em região com adensamento de empreendimentos de carcinicultura ou salinas cujo impacto afete áreas comuns.

§ 4o O órgão licenciador competente, mediante decisão motivada, poderá, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, bem como do dever de recuperar os danos ambientais causados, alterar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, quando ocorrer:

I - descumprimento ou cumprimento inadequado das condicionantes ou medidas de controle previstas no licenciamento, ou desobediência às normas aplicáveis;

II - fornecimento de informação falsa, dúbia ou enganosa, inclusive por omissão, em qualquer fase do licenciamento ou período de validade da licença; ou

III - superveniência de informações sobre riscos ao meio ambiente ou à saúde pública.

§ 5o A ampliação da ocupação de apicuns e salgados respeitará o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira - ZEEZOC, com a individualização das áreas ainda passíveis de uso, em escala mínima de 1:10.000, que deverá ser concluído por cada Estado no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da data de publicação desta Lei.

§ 6o É assegurada a regularização das atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008, desde que o empreendedor, pessoa física ou jurídica, comprove sua localização em apicum ou salgado e se obrigue, por termo de compromisso, a proteger a integridade dos manguezais arbustivos adjacentes.

§ 7o É vedada a manutenção, licenciamento ou regularização, em qualquer hipótese ou forma, de ocupação ou exploração irregular em apicum ou salgado, ressalvadas as exceções previstas neste artigo.” (NR)

“Art. 14. ....

§ 2o Protocolada a documentação exigida para análise da localização da área de Reserva Legal, ao proprietário ou possuidor rural não poderá ser imputada sanção administrativa, inclusive restrição a direitos, por qualquer órgão ambiental competente integrante do SISNAMA, em razão da não formalização da área de Reserva Legal.”(NR)

“Art. 15. ....

§ 3o O cômputo de que trata o caput aplica-se a todas as modalidades de cumprimento da Reserva Legal, abrangendo a regeneração, a recomposição e, na hipótese do art. 16, a compensação.” (NR)

“Art. 17. ....

§ 3o É obrigatória a suspensão imediata das atividades em Área de Reserva Legal desmatada irregularmente após 22 de julho de 2008.

§ 4o Sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, deverá ser iniciado o processo de recomposição da Reserva Legal em até dois anos contados a partir da data da publicação desta Lei, devendo tal processo ser concluído nos prazos estabelecidos pelo Programa de Regularização Ambiental – PRA, de que trata o art. 59.” (NR)

“Art. 29. ....

§ 1o A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, que, nos termos do regulamento, exigirá do possuidor ou proprietário:

.....”(NR)

“Art. 35. O controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do SISNAMA.

§ 1o O plantio ou o reflorestamento com espécies florestais nativas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas nesta Lei, devendo ser informados ao órgão competente, no prazo de até 1 (um) ano, para fins de controle de origem.

§ 5o O órgão federal coordenador do sistema nacional poderá bloquear a emissão de Documento de Origem Florestal - DOF dos entes federativos não integrados ao sistema e fiscalizar os dados e relatórios respectivos.” (NR)

“Art. 36. ....

§ 5o O órgão ambiental federal do SISNAMA regulamentará os casos de dispensa da licença prevista no caput.” (NR)

“Art. 41. É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

.....”(NR)

“Art. 58. Assegurado o controle e a fiscalização dos órgãos ambientais competentes dos respectivos planos ou projetos, assim como as obrigações do detentor do imóvel, o Poder Público poderá instituir programa de apoio técnico e incentivos financeiros, podendo incluir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, os imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3o, nas iniciativas de:

.....”(NR)

“Art. 61-A. Nas Áreas de Preservação Permanente é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

§ 1o Para os imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 2o Para os imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular, independente da largura do curso d'água.

§ 3o Para os imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 4o Para os imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais:

I - em 20 (vinte) metros, contados da borda da calha do leito regular, para imóveis com área superior a 4 (quatro) e de até 10 (dez) módulos fiscais, nos cursos d'água com até 10 (dez) metros de largura; e

II - nos demais casos, em extensão correspondente à metade da largura do curso d'água, observado o mínimo de 30 (trinta) e o máximo de 100 (cem) metros, contados da borda da calha do leito regular.

§ 5o Nos casos de áreas rurais consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição do raio mínimo de:

I - 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

II - 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais; e

III - 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais.

§ 6o Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal com largura mínima de:

I - 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

II - 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;

III - 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

IV - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 7o Nos casos de áreas rurais consolidadas em veredas, será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, de largura mínima de:

I - 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

II - 50 (cinquenta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 8o Será considerada, para os fins do disposto no caput e nos §§ 1o a 7o, a área detida pelo imóvel rural em 22 de julho de 2008.

§ 9o A existência das situações previstas no caput deverá ser informada no CAR para fins de monitoramento, sendo exigida, nesses casos, a adoção de técnicas de conservação do solo e da água que visem à mitigação dos eventuais impactos.

§ 10. Antes mesmo da disponibilização do CAR, no caso das intervenções já existentes, é o proprietário ou possuidor responsável pela conservação do solo e da água, por meio de adoção de boas práticas agronômicas.

§ 11. A realização das atividades previstas no caput observará critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados no PRA previsto nesta Lei, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais.

§ 12. Será admitida a manutenção de residências e da infraestrutura associada às atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, inclusive o acesso a essas atividades, independentemente das determinações contidas no caput e nos §§ 1o a 7o, desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas.

§ 13. A recomposição de que trata este artigo poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:

I - condução de regeneração natural de espécies nativas;

II - plantio de espécies nativas;

III - plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

IV - plantio de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, sendo nativas ou exóticas.

§ 14. Em todos os casos previstos neste artigo, o Poder Público, verificada a existência de risco de agravamento de processos erosivos ou de inundações, determinará a adoção de medidas mitigadoras que garantam a estabilidade das margens e a qualidade da água, após deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente ou de órgão colegiado estadual equivalente.

§ 15. A partir da data da publicação desta Lei e até o término do prazo de adesão ao PRA de que trata o § 2o do art. 59, é autorizada a continuidade das

atividades desenvolvidas nas áreas de que trata o caput, as quais deverão ser informadas no CAR, para fins de monitoramento, sendo exigida a adoção de medidas de conservação do solo e da água.

§ 16. As Áreas de Preservação Permanente localizadas em imóveis inseridos nos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral criadas por ato do Poder Público até a data de publicação desta Lei não são passíveis de ter quaisquer atividades consideradas como consolidadas nos termos do caput e dos parágrafos anteriores, ressalvado o que dispuser o Plano de Manejo elaborado e aprovado de acordo com as orientações emitidas pelo órgão competente do SISNAMA, nos termos do que dispuser regulamento do Chefe do Poder Executivo, devendo o proprietário, possuidor ou ocupante a qualquer título, adotar todas as medidas indicadas.

§ 17. Em bacias hidrográficas consideradas críticas, conforme previsto em legislação específica, o Chefe do Poder Executivo poderá, em ato próprio, estabelecer metas e diretrizes de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores às definidas no caput e nos §§ 1o a 7o, como projeto prioritário, ouvidos o Comitê de Bacia Hidrográfica e o Conselho Estadual de Meio Ambiente.”(NR)

“Art. 61-B. Aos proprietários e possuidores dos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, detinham até 4 (quatro) módulos fiscais e desenvolviam atividades agrossilvipastoris nas áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente, é garantido que a exigência de recomposição, nos termos desta Lei, somadas todas as Áreas de Preservação Permanente do imóvel, não ultrapassará:

I - 10% (dez por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de até 2 (dois) módulos fiscais; e

II - 20% (vinte por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) e de até 4 (quatro) módulos fiscais.” (NR)

“Art. 61-C. Para os assentamentos do Programa de Reforma Agrária a recomposição de áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo ou no entorno de cursos d'água, lagos e lagoas naturais observará as exigências estabelecidas no art. 61-A, observados os limites de cada área demarcada individualmente, objeto de contrato de concessão de uso, até a titulação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.” (NR)

“Art. 78-A. Após cinco anos da data da publicação desta Lei, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural - CAR e que comprovem sua regularidade nos termos desta Lei.”(NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF

Mendes Ribeiro Filho

Márcio Pereira Zimmermann

Miriam Belchior

Marco Antonio Raupp

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Gilberto José Spier Vargas

Aguinaldo Ribeiro

Luís Inácio Lucena Adams

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.5.2012

### RETIFICAÇÃO

*Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.*

(Publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2012, Seção 1, págs. 10 e 11).

No art. 1º, na parte em que altera o § 13 do art. 61-A da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012:

onde se lê: "IV - plantio de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, sendo nativas e exóticas."

leia-se: "IV - plantio de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, sendo nativas e exóticas, no caso dos imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3º."

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.5.2012 e retificado em 29.5.2012

---

### Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=545925>

**Data de Apresentação:** 28/05/2012

**Ementa:** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de

dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

**Explicação da Ementa:** Altera o Novo Código Florestal.

**Indexação:** Alteração, Novo Código Florestal, proteção, uso sustentável, floresta, vegetação nativa, produção rural, recuperação, manutenção, produção agropecuária, delimitação, Área de Preservação Permanente, zona rural, zona urbana, implantação, reservatório, água artificial, geração, energia elétrica, abastecimento de água, obrigatoriedade, licenciamento ambiental, pantanal, exploração, sustentabilidade, zona costeira, ocupação, apicum, utilização, carcinicultura, salina, requisitos, integridade, manguezal, estudo prévio de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, ampliação, zoneamento ecológico-econômico da Zona Costeira (ZEEZOC), regularização, termo de compromisso, suspensão, atividade, área, reserva legal, desmatamento, irregularidade, recomposição, prazo, Programa de Regularização Ambiental (PRA), controle, origem, madeira, carvão, produto florestal, plantio, reflorestamento, espécie nativa, controle, Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), Área de Preservação Permanente (APP), autorização, continuidade, atividade agropastoril, ecoturismo, turismo rural, área consolidada, imóvel rural, limite, módulo fiscal, obrigatoriedade, recomposição, faixa marginal, largura, rio, entorno, nascente de água, olhos d'água, assentamento, programa, reforma agrária, demarcação, concessão de uso, Incra, critérios, concessão, crédito agrícola, inscrição, proprietário, imóvel rural, Cadastro Ambiental Rural (CAR).

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de Tramitação:** Urgência

---

## Tramitação:

**28/05/2012** - Poder Executivo (EXEC)

*Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.*

**28/05/2012** - CONGRESSO NACIONAL (CN)

*Prazo para Emendas: 29/5/12 a 3/6/12*

*Comissão Mista: \**

*Câmara dos Deputados: até 24/6/12*

*Senado Federal: 25/6/12 a 8/7/12*

*Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 9/7/12 a 11/7/12*

*Sobrestar Pauta: a partir de 12/7/12*

*Congresso Nacional: 28/5/12 a 9/8/12*

*Prorrogação pelo Congresso Nacional: 10/8/12 a 8/10/12*

*\* Declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 5º, caput, artigo 6º, §§ 1º e 2º da Resolução do Congresso Nacional n. 1/02, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.029 (DOU de 16/3/12)*

**29/05/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Retificação publicada no DOU de 29/05/2012.*



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº277, DE 2012

*Paulo Bauer e Ana Amélia*

*Disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sem efeito as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados com base no § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O art. 2º da Medida Provisória (MPV) nº 552, de 1º de dezembro de 2011, acresceu § 8º ao art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para vedar o aproveitamento do crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) quando o insumo agropecuário adquirido pela agroindústria for empregado em produtos destinados à alimentação humana e animal em relação aos quais não incidam PIS/Pasep e Cofins ou que estejam sujeitos a isenção, alíquota zero ou suspensão da exigência dessas contribuições.

Sensível a mais essa dificuldade trazida para o produtor rural e também à assimetria criada entre agroindústrias que produzem exclusivamente para o mercado interno e aquelas que exportam, o conjunto de líderes da Câmara dos Deputados acordou em suprimir o polêmico § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, quando da aprovação pelo Plenário, em 17 de abril de 2012, da MPV nº 552, de 2011, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2012. A seguir, o Senado Federal, ao aprovar o PLV nº 9 sem emendas, homologou a decisão no sentido de rejeitar aquela vedação no aproveitamento de créditos.

Uma vez rejeitada a vedação, cabe ao Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes da adoção da MPV nº 552, de 2011, com força de lei, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data da publicação da lei que resultará do PLV nº 9, de 2012 (art. 62, §§ 3º in fine, 11 e 12 da Constituição Federal).

O disciplinamento proposto por este projeto de decreto legislativo (PDS) permitirá que as agroindústrias voltem a aproveitar o crédito presumido no período de quase seis meses entre 1º de dezembro de 2011 e fins de maio de 2012, como se o malsinado § 8º nunca tivesse vigorado.

Se o Congresso Nacional não dedicar a atenção merecida ao presente PDS, a vedação consolidar-se-á e será aplicada nesse período de quase seis meses, porque ao longo dele a MPV nº 552, de 2011, terá vigorado com força de lei. Essa possibilidade de dispositivo de uma medida provisória, mesmo rejeitado, continuar valendo no prazo de sua vigência confunde os contribuintes. Não se pode descartar a hipótese de que agroindústrias menos atentas a mais esse pormenor da já intrincada legislação tributária venham a ser autuadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com multa de 75% sobre a diferença de contribuição devida, por terem aproveitado o crédito presumido naquele período, raciocinando, com lógica, que a vedação fora derrubada pelo Congresso Nacional.

É a relevante e urgente matéria que submeto à apreciação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senadora ANA AMÉLIA

Senador PAULO BAUER

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=105775](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=105775)

**Data de Apresentação:** 24/05/2012

**Ementa:** Disciplina as relações jurídicas decorrentes do § 8º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzido pelo art. 2º da Medida Provisória nº 552, de 1º de dezembro de 2011.

**Indexação:** Disciplinamento, Relação Jurídica, Medida Provisória, Alteração, Legislação Tributária Federal, Caracterização, Incorporação Imobiliária, Imóvel, Interesse Social, Construção, Residência, Programa Minha Casa, Minha Vida, Redução, Alíquota, Pis-Pasep, Cofins, Massa Alimentícia.

---

## Tramitação:

**24/05/2012** - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 04 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.*

**24/05/2012** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

*Ação: Leitura.*

*À Comissão Mista da Medida Provisória nº 552, de 2011.*

*Publicação em 25/05/2012 no DSF Página(s): 21168 - 21169*



## PROJETO DE LEI Nº3.409 , DE 2012

Junji Abe - PSD/SP

*Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a informação, impressa nas embalagens e rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo.

Art. 2º A informação sobre a forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo deverá ser impressa nos rótulos e embalagens de produtos industrializados comercializados no Brasil, junto da indicação da composição do bem, em caracteres com tamanho e destaque idênticos ou maiores do que os utilizados para indicar a composição e as instruções de uso do artigo.

Art. 3º O não atendimento ao disposto nesta Lei constitui infração administrativa, conforme a tipificação e as sanções estabelecidas nos arts. 70 e 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

---

### Justificativa:

A destinação adequada ou a reciclagem dos produtos industrializados, ou de suas embalagens, após o descarte por parte do consumidor tem sido continuamente negligenciada no Brasil, constituindo um grave problema ambiental. Os resíduos sólidos tendem a se acumular, formando verdadeiras montanhas de detritos, pressionando os serviços de limpeza urbana e provocando a proliferação de insetos causadores de doenças.

O retorno dos produtos para reaproveitamento ou destinação adequada ou a reciclagem dos materiais utilizados nas embalagens reduz a demanda por matérias primas e soluciona os problemas gerados pela deposição irregular desses bens nos lixões e aterros sanitários, diminuindo, por conseguinte, a pressão sobre o meio ambiente.

A postergação das soluções para o problema dos resíduos sólidos é também consequência da acomodação e falta de mobilização da sociedade, sem consciência de quão afetada é por esse descaso. Os entupimentos das galerias de águas pluviais e dos canais de escoamento dos rios urbanos, causados por plásticos e outros resíduos, provocam frequentes alagamentos em nossas cidades. É enorme a quantidade de garrafas PET e outros resíduos nas operações de limpeza e dragagem dos cursos d'água em todas as áreas urbanas do País.

A ausência de disposição final adequada ou de recolhimento sistemático para reciclagem desses e outros materiais está, portanto, na origem de enormes prejuízos materiais e de muito sofrimento da população, tanto pelos efeitos negativos sobre a saúde pública, como pelos transtornos causados aos sistemas de drenagem urbana.

É necessário e urgente que todos se comprometam na busca de alternativas para disposição adequada ou para a realização da reciclagem de embalagens e produtos usados. Um dos caminhos mais simples é o da informação e da orientação. A impressão nos rótulos dos materiais industrializados e de suas embalagens sobre a forma correta de descartá-los é um meio simples e eficiente de diminuir o impacto provocado pelo volume gerado de resíduos.

Ainda que inicialmente haja um investimento necessário por parte das empresas e do setor manufatureiro do Brasil na alteração de rótulos e na disponibilização de espaços para o recolhimento de bens usados, ele se compensa com a diminuição de prejuízos e com o retorno em forma de melhoria da qualidade de vida de todos.

Dada a importância da matéria para a nossa sociedade, contamos com o apoio dos ilustres membros do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento e a rápida tramitação desta iniciativa que, estamos certos, é do interesse de todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado JUNJE ABE

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536780>

**Data de Apresentação:** 13/03/2012

**Ementa:** Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo.

**Indexação:** Obrigatoriedade, informação, descarte, retorno, rótulo, embalagem, produto industrializado, comercialização.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de Tramitação:** Ordinária

---

## Tramitação:

**13/03/2012 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 3409/2012, pelo Deputado Junji Abe (PSD-SP), que: "Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo". Inteiro teor*

**13/03/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação inicial no DCD do dia 14/03/2012*

**23/03/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Às Comissões de*

*Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio;*

*Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)*

*Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II*

*Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor*

**23/03/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação do despacho no DCD do dia 24/03/2012*

**31/03/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

**10/04/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Recebimento pela CDEIC.*

**12/04/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC)*

**13/04/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 16/04/2012)*

**26/04/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foram apresentadas 2 emendas.*

**22/05/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC).*

*Parecer do Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2012 da CDEIC, e pela rejeição da Emenda 2/2012 da CDEIC.*

## PROJETO DE LEI Nº2.182, DE 2011

*Homero Pereira - PR/MT*

*Altera a Lei nº 9.972, de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 1º e 10º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....  
III - nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, quando da importação e exportação.

IV - quando for objeto de comercialização, independentemente do destino;

§

1o.....

§ 2o É prerrogativa exclusiva do Poder Público a classificação dos produtos vegetais importados e exportados.

.....  
“Art.

10.....

Art. 37. É mantida, no território nacional, a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais e vegetais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O Brasil é o segundo maior produtor e exportador mundial de soja, cultura que representa 22% das exportações totais do agronegócio brasileiro, 8,5% das exportações totais do país, mais de 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos, além de compor 9% do PIB agrícola e 1,5% do PIB nacional.

No cerne deste setor tão pujante, inserido na economia brasileira, está o produtor rural, que ao longo de décadas tem demonstrado espírito empreendedor e capacidade de impulsionar a agricultura brasileira e levar o país a consagrar-se entre as maiores agro-nações do planeta.

Apesar de sua incontestável importância, por uma lacuna legal, esses produtores rurais chegam a receber 40% a menos do valor justo de sua produção, devido à realização de um processo de classificação arbitrário de sua soja grão junto às empresas compradoras.

Ocorre que a legislação que trata do tema, Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que se pretende alterar, restringe a exigência de uma classificação com padrões oficiais e sua fiscalização a produtos vegetais destinados a alimentação humana, operações de compra e venda do poder público e quando da sua importação.

Acrescente-se a isso que a Instrução Normativa (IN) nº 11, de 15 de maio de 2007, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA já estabeleceu o Regulamento Técnico da soja grão, definindo qual o padrão oficial de classificação, considerando seus requisitos de identidade e qualidade

intrínseca e extrínseca, de amostragem, não alcançando, porém, produtos não destinados a alimentação humana e aqueles destinados à exportação, que é o caso da soja grão.

Por isso mesmo, nós últimos 10 anos, a classificação de soja comercializada no Brasil tem sido realizada utilizando-se como parâmetro o padrão definido pela resolução do Conselho Nacional do Comércio Exterior CONCEX nº 169 de 08/03/1989. Esta resolução definiu que são tolerados em cargas de soja grão até 14,0% de umidade, 1,0% de impurezas, 8,0% de avariados, estes últimos com até 5,0% de ardidados (totalmente fermentados e escurecidos), 10,0% de grãos verdes e 30,0% de grãos quebrados. O referido padrão já foi incorporado pela IN MAPA nº 11 de 2007.

A princípio a utilização do padrão internacional não implica em perda de renda ao produtor. Porém, pela falta de exigência legal, as empresas têm adotado padrões diferenciados, utilizando-se disso como uma estratégia comercial para negociar o preço final a ser pago ao produtor, gerando perdas consideráveis aos sojicultores.

Pela característica do mercado brasileiro, no qual existe uma maior concentração de empresas compradoras do que em outros mercados, como o norte-americano, e também devido à baixa capacidade de armazenagem em nível de fazenda, cria-se um desequilíbrio de força, no qual os produtores ficam com uma posição de menor poder de negociação.

A prática de classificação arbitrária de soja grão é denunciada há anos por produtores rurais, sobretudo da Região Centro-Oeste, embora só recentemente tenha sido mensurada em estudo realizado pela Universidade Federal de Viçosa – UFV e pela empresa credenciada pela Conab, “O Classificador”, na safra 2007/2008 no estado de Mato Grosso. O estudo coletou mais de 500 amostras de soja nos caminhões antes que a da descarregadas nas empresas compradoras e após o cruzamento do resultado dos da classificação feita pelo estudo e daquela realizada pelas empresas ficou claro que haviam diferenças tanto para mais como para menos nos percentuais adotados pelas empresas bem como nas metodologias de classificação adotadas.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de se determinar em lei a adoção de um padrão oficial de classificação para os produtos vegetais, a exemplo do que já ocorre para produtos animais, para sanar a lacuna deixada legal que tanto tem prejudicado os sojicultores brasileiros. Esta medida visa consolidar o papel governamental de fornecer os mecanismos necessários para o reequilíbrio das forças comerciais envolvidas visando um nível mais justo e eficiente de comercialização.

É neste sentido que propomos a alteração para que passe a ser adotado obrigatoriamente os procedimentos e o padrão oficial de classificação já estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Contamos, portanto, com o valioso e indispensável apoio dos nobres pares no sentido de aprovar a medida ora proposta.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=518113>

**Data de Apresentação:** 31/08/2011

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.972, de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:** Altera o art. 37 da Lei nº 8.171, de 1991.

**Indexação:** Alteração, lei federal, Lei da Política Agrícola, obrigatoriedade, classificação, produto vegetal, exportação, comercialização, consumo, industrialização, mercado interno, mercado externo.

**Forma de Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de Tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

### 31/08/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei n. 2182/2011, pelo Deputado Homero Pereira (PR-MT), que: "Altera a Lei nº 9.972, de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências".*

### 31/08/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação inicial no DCD do dia 01/09/2011*

### 13/09/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento de Apensação n. 3160/2011, pelo Deputado Marcos Montes (DEM-MG), que: "Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 2.182/11 e Projeto de Lei nº 5.482/09".*

### 20/09/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de*

*Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) -*

*Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II*

*Regime de Tramitação: Ordinária*

### 20/09/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação do despacho no DCD do dia 21/09/2011*

### 21/09/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

### 21/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

### 28/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Oziel Oliveira (PDT-BA)*

### 29/09/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 30/09/2011)*

### 10/10/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

### 11/10/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Indeferido o REQ 3160/11, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, nos termos do art. 142, parágrafo único do RICD, o pedido contido no Requerimento n. 3160/2011, tendo em vista que o PL n. 5482/2009, que tramita sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, já recebeu parecer de mérito da CAPADR. Publique-se. Oficie-se."*

### 23/11/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Oziel Oliveira (PDT-BA).*

*Parecer do Relator, Dep. Oziel Oliveira (PDT-BA), pela aprovação, com substitutivo.*

### 25/11/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 28/11/2011)*

### 07/12/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**28/03/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**29/03/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**29/03/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC.*

**04/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)*

**09/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 10/04/2012)*

**18/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**07/05/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 08/05/12, Letra A.*

**30/05/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).*

*Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e do Substitutivo 1 da CAPADR.*



## PROJETO DE LEI Nº1.008, DE 2011

Sandro Alex - PPS/PR

*Altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação análise, embalagem e ICMS dos produtos agrícolas.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 5º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo terceiro:

“Art. 5º.....

.....

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º A publicação dos preços mínimos garante aos beneficiários desta Lei a sua percepção integral, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação, análise, embalagem e ICMS.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

A Política Geral de Preços Mínimos - PGPM é uma importante ferramenta para garantir renda ao produtor rural e oferta da produção para a sociedade. Além disso, a subvenção do governo é necessária em determinado momento para garantir a transferência do excedente de uma região para outra, principalmente para os produtos sensíveis à elevação do custo de transferência.

O estudo de autoria de Mauro Osaki e de Mário Otávio Batalha, apresentado no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER em 2009, além de outros estudos, reportam os benefícios da PGPM no setor produtivo.

A agricultura é um setor muito sensível às decisões políticas ligadas a macroeconomia e ao comportamento microeconômico dos seus agentes econômicos. O crescimento econômico internacional e nacional, as políticas fiscal, monetária e cambial estão entre os fatores que interferem direta e indiretamente na rentabilidade do setor agrícola.

Por outro lado, o comportamento do produtor tem uma relação direta com a percepção efetiva que ele tem da remuneração da sua atividade, sendo que o setor agrícola convive com ciclos de sazonalidade e preço. Essas condições podem influenciar substancialmente a remuneração do produtor, o que faz com que haja a necessidade da intervenção do governo para garantir a renda do agricultor e a oferta de produção em determinados períodos e regiões.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), cujos primórdios remontam à década de 30, visa proteger a rentabilidade do produtor rural no

período de excedente de oferta agrícola. A fixação do preço mínimo antecipado serve como parâmetro de orientação aos agricultores para a alocação de recursos.

A evolução histórica brasileira das políticas agrícola e de preços mínimos pode ser dividida em quatro fases: 1) fase da agricultura primitiva; 2) fase da modernização da agricultura; 3) fase de transição da agricultura; e 4) fase da agricultura sustentável.



A primeira fase abrange o período entre 1930 e 1965 quando foram criadas diversas instituições como: o Conselho Nacional do Café (CNC), em 1931; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933; a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), em 1943; e a Carteira de Financiamento da Produção (CFP), então responsável pela gestão da PGPM.

A segunda fase, entre 1965 e 1985 registrou mudanças na política agrícola do País, com medidas de reformulação e regulamentação da PGPM e da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Além disso, foi marcada pelo uso, em alta escala, de subsídios ao crédito e, em algumas ocasiões, da própria PGPM como mola propulsora à expansão da fronteira agrícola na produção de grãos para as regiões de cerrados, com os projetos POLOCENTRO e PRODECER. Nessa época foi editado o Decreto-Lei nº. 79, de 19 de dezembro de 1966, que estabeleceu normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários.

A terceira fase, de 1985 a 1995, foi marcada pela decisão do governo federal de eliminar o subsídio ao crédito. Além disso, o período foi marcado por diversos planos de estabilização econômica, pelo processo de abertura comercial, pela redução da oferta de crédito oficial, pela redução de subsídio implícito nas taxas de juros do crédito, pela utilização mais intensa da PGPM

para subsidiar o custo de transporte e pela escalada no endividamento do setor rural.

A última fase, dita da “agricultura sustentável”, teve início em 1995. Caracteriza-se por ações do governo que tentam solucionar o problema do endividamento rural através da securitização. Paralelamente, observou-se a estabilização interna dos preços com a implantação do Plano Real, a ampliação da abertura comercial e a criação de novos instrumentos para a política agrícola – menos intervencionista e mais orientada para o mercado –, como o Prêmio de Escoamento de Produtos (PEP) e o Contrato de Opções.

A obrigação legal decorrente do Decreto-Lei nº 79, de 1966, de execução anual da PGPM e a divulgação dos indicadores de sua formulação ajudam os produtores rurais - notadamente os pequenos agricultores familiares - a tomarem decisões estratégicas a respeito do que plantar.

O seu artigo 5º estabelece como são definidos, anualmente, os preços mínimos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN - levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados interno e externo, além dos custos de produção com base em proposta encaminhada ao Ministério da Fazenda pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA. No entanto, essa prática, adotada desde 1966, não atende plenamente aos produtores.

O preço mínimo não cobre a totalidade das despesas inerentes às atividades agrícola, pecuária e extrativista. De fato, a CONAB, além de observar o preço mínimo previamente publicado pelo MAPA, vem ressarcindo as despesas de sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação, análise, embalagem e ICMS incidente sobre a produção. Mas ficam de fora, sob a inteira responsabilidade dos produtores, as despesas de limpeza e secagem. Essa é a razão da frustração quando recebem o preço mínimo em face do desconto dos custos dos serviços de limpeza e secagem,

despesas que igualmente os oneram quando se encarregam de executá-los, diretamente (ou mediante a contratação de terceiros), por não lhes serem ressarcidas.

Essa é a razão pela qual apresentamos o presente projeto que beneficia duplamente aos produtores rurais: tanto por fixar em lei os serviços cujos custos terão direito ao ressarcimento – atualmente fixado por legislação infralegal - quanto por ampliar o rol desses serviços, incluindo o ressarcimento das despesas de limpeza e secagem indispensáveis à sua atividade.

O aprimoramento da Política Geral de Preços Mínimos-PGPM , cobrindo integralmente os custos de produção é a única forma de garantir renda para que os produtores, notadamente os pequenos agricultores familiares, possam manter seus filhos com dignidade.

Nesse sentido, peço o irrestrito apoio dos ilustres pares na aprovação deste projeto de lei.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498081>

**Data de apresentação:** 12/04/2011

**Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação, análise, embalagem e ICMS dos produtos agrícolas.

**Indexação:** Alteração, decreto-lei federal, normas, definição, preço mínimo, produto agrícola, ressarcimento, valor, custos, limpeza, secagem, armazenamento, classificação, reclassificação, embalagem, ICMS.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de Tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

### 12/04/2011 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei n. 1008/2011, pelo Deputado Sandro Alex (PPS-PR), que: "Altera o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, para garantir integralmente os preços mínimos básicos, além do ressarcimento dos custos de limpeza, secagem, sobretaxa e tarifa de armazenamento, classificação, reclassificação análise, embalagem e ICMS dos produtos agrícolas."*

### 12/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação inicial no DCD do dia 13/04/11 PÁG 17127 COL 01.*

### 04/05/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de*

*Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;*

*Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II*

*Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II*

*Regime de Tramitação: Ordinária*

### 04/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação do despacho no DCD do dia 05/05/2011*

*Publicação do despacho no DCD do dia 05/05/11 PÁG 21782 COL 02.*

### 09/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

### 10/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

### 31/05/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)*

### 01/06/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 02/06/2011)*

### 14/06/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

### 30/05/2012 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).*

## PROJETO DE LEI Nº51, DE 2011

Geraldo Simões - PT /BA

*Dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os produtos que estampem a denominação de chocolate ou chocolate branco, ou termos correlatos que induzam o consumidor a entender que contenham chocolate ou chocolate branco em sua formulação, devem conter obrigatoriamente, respectivamente, massa de cacau, cacau em pó ou manteiga de cacau, e manteiga de cacau em quantidades mínimas a serem definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se como:

I — Chocolate: é o produto obtido a partir da mistura de derivados de cacau (*Theobroma cacao*): massa de cacau, cacau em pó e ou manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo, no mínimo, 25% de sólidos totais de cacau.

II — Chocolate Branco: é o produto obtido a partir da mistura de manteiga de cacau com outros ingredientes, contendo, no mínimo, 20% de sólidos totais de manteiga de cacau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

---

### Justificativa:

Um grande número de produtos existentes nas prateleiras dos mercados brasileiros ostenta a denominação de “chocolate” ou de “chocolate branco”, ou utilizam-se de outros termos como ‘achocolatado’ e induzem o consumidor a entender que há na formulação daquele produto ao menos uma pequena quantidade de chocolate, ou seja, de um produto derivado do cacau em uma de suas formas de incorporação aos alimentos industrializados.

Na verdade, tais produtos contêm, tão-somente, produtos químicos que tentam imitar o inigualável sabor do chocolate. O consumo desses compostos químicos traz vários prejuízos ao consumidor.

O primeiro e mais evidente deles é o prejuízo nutricional.

O chocolate é um alimento altamente energético e com conhecidas propriedades nutricionais, enquanto que ao consumir produtos com substâncias aromatizantes o indivíduo pode ter a falsa percepção de que está se alimentando corretamente.

Secundariamente, as substâncias citadas são compostos químicos cuja ação deletéria no organismo é encoberta sob códigos que pouco dizem de sua fórmula e muitos deles estão associados a efeitos deletérios sobre o organismo humano.

Há ainda que se considerar a apropriação indébita dos termos derivados da palavra chocolate dos seus mais fiéis produtores: os cultivadores do cacau. Esses produtores veem a matéria prima do cacau ser desprezada em detrimento de compostos químicos e, assim, assistem todo seu empenho para oferecer um produto de qualidade ser desprezado.

Dessa forma, apresentamos proposição no sentido de proibir que os termos “chocolate”, “chocolate branco” ou derivados sejam utilizados por produtos que não contenham uma quantidade mínima de cacau.

Isto posto, contamos com o endosso de nossos conspícuos Pares no Congresso Nacional para aprovar a adoção dessa medida que contribuirá para a melhoria da nutrição de nossa população, bem como para o desenvolvimento da produção cacaueira em nosso País.

Deputado GERALDO SIMÕES 2011

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

[http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=496374](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=496374)

**Data de Apresentação:** 29/03/2011

**Ementa:** Dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica.

**Indexação:** Obrigatoriedade, colocação, percentual, cacau, elaboração, chocolate.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

---

## Tramitação:

**29/03/2011 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 851/2011, pelo Deputado Geraldo Simões (PT-BA), que: "Dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica".*

**29/03/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação inicial no DCD do dia 30/03/2011*

**27/04/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Às Comissões de Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**27/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação do despacho no DCD do dia 28/04/2011*

**02/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

**02/05/2011 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)**

*Recebimento pela CDC.*

**18/05/2011 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)**

*Designado Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE)*

**20/05/2011 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)**

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 23/05/2011)*

**07/06/2011 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)**

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**15/06/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Apense-se a este(a) o(a) PL-1533/2011.*

**07/10/2011 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)**

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDC, pelo Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE). Parecer do Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), pela aprovação deste, e do PL 1533/2011, apensado, com substitutivo.*

**10/10/2011 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)**

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 11/10/2011)*

**25/10/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**09/11/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:30 Reunião Deliberativa Extraordinária

*Vista ao Deputado Ricardo Izar.*

**16/11/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo de Vista Encerrado*

**23/11/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Extraordinária

*Retirado de pauta a pedido do Dep. Ricardo Izar.*

**30/11/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Discutiram a Matéria: Dep. José Carlos Araújo (PSD-BA), Dep. Otoniel Lima (PRB-SP) e Dep. Dimas Ramalho (PPS-SP).*

*Aprovado o Parecer.*

**01/12/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**01/12/2011** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-1533/2011 apensada.*

**13/12/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor publicado no DCD de 14/12/11, Letra A.*

**04/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA)*

**09/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 10/04/2012)*

**11/04/2012** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento n. 4932/2012, pelo Deputado Guilherme Campos (PSD-SP), que: "Requer a revisão do despacho de distribuição do Projeto de Lei n.º 851, de 2011, que "Dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica", para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio no rol de Comissões Permanentes que devem se manifestar sobre o mérito da proposição".*

**18/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**03/05/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Deferido o Req. 4932/2012, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro, com fundamento no art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, o pedido contido no Requerimento n. 4932, de 2012, e revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 851, de 2011, para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para se pronunciar quanto ao mérito.*

*Tendo em vista que a Comissão de Defesa do Consumidor já se pronunciou, determino a remessa do processado do PL n. 851, de 2011, à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. A Comissão de Defesa do Consumidor, no entanto, permanece com a preferência para os fins do disposto no art. 191, III, do RICD. Publique-se. Oficie-se."*

*ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 851/2011: À CDEIC, CDC e CCJC (art. 54, RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva das Comissões - Art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Ordinário.*

**03/05/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação do despacho no DCD do dia 04/05/2012*

**07/05/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*À CCJC o Memorando nº 63/12 - COPER solicitando a devolução deste.*

*08/05/2012 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)*

*Devolvida sem Manifestação.*

*Devolução à CCP*

**08/05/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Devolvida sem Manifestação.*

*Devolução à CCP*

**09/05/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Recebimento pela CDEIC, com a proposição PL-1533/2011 apensada.*

**29/05/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC )

*Designado Relator, Dep. Jânio Natal (PRP-BA)*

**31/05/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC )

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 01/06/2012)*



## PROJETO DE LEI Nº106, DE 2011

Antonio Carlos Valadares

*Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 906, de 21 de outubro de 1969 passa a vigorar acrescido do seguinte artigo art. 24-A:

“Art. 24-A. A autoridade sanitária fixará limite máximo de teor de gorduras trans, saturadas e açúcares nos alimentos processados.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Atualmente, observa-se um aumento na prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DNCT) em todo o mundo. Segundo um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde, em 2001, essas enfermidades foram responsáveis por 60% do total das 56,5 milhões de mortes notificadas no mundo. Quase metade dessas mortes é atribuída às doenças cardiovasculares.

No Brasil, temos um óbito de doença arterial coronariana a cada dois minutos (300 mil mortes ao ano). Observa-se, também, o crescimento preocupante da diabetes e da obesidade. Estamos nos aproximando da vergonhosa taxa norte-americana de 20% das crianças em estado de obesidade (crianças com menos de dez anos de idade).

O aumento na prevalência da obesidade e de outras DCNT é explicada pelas alterações no estilo de vida e hábitos alimentares da população. No Brasil, devido à modificação do perfil nutricional da população, observa-se um aumento das doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e câncer, que passaram a liderar as causas de óbito no país.

Para combater o aumento das DNCT é fundamental que sejam adotadas medidas preventivas com objetivo de alterar os fatores de risco modificáveis dessas doenças, como, os fatores comportamentais relacionados à alimentação e ao sedentarismo.

Em 2004, a OMS propôs a Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde que contém uma série de orientações e linhas de ações destinadas às autoridades nacionais e a outros setores da sociedade com o objetivo de reduzir as taxas de mortalidade relacionadas à alimentação não saudável e ao sedentarismo. Em relação à alimentação, destacam-se a restrição do consumo de gorduras totais, a substituição de gorduras saturadas por insaturadas, a eliminação do consumo de ácidos graxos trans, restrição a ingestão de açúcares. A gordura vegetal hidrogenada (sintética) tipo margarina, tipo trans, amplamente consumida hoje, por exemplo, não existe na natureza; e nosso organismo a acumula nos vasos sanguíneos, gerando doenças crônicas.

A Estratégia Global também orienta que a indústria de alimentos deve ter um papel ativo na redução das quantidades de gorduras e açúcares nos alimentos processados e que os governos considerem medidas adicionais que possam estimular a redução dessas substâncias.

O Brasil está implantando a Estratégia Global, o Ministério da Saúde criou o Programa Mais Saúde (2008-2013), com o objetivo de melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população brasileira.



Dentro desse programa destaca-se um Plano de Ação para redução dos teores de sódio, gorduras e açúcares nos alimentos processados, como forma de prevenir e controlar o aumento crescente das doenças crônicas no Brasil.

Em 2007, de acordo com o Ministério da Saúde, ocorreu um total de óbitos de 228.702, sendo 39.330 em decorrência de hipertensão, 96.804 por causa de doenças cerebrovasculares e 92.568 em consequência de doenças isquêmicas do coração.

Em 2009, o gasto com a hospitalização girou em torno de R\$ 970 milhões, sendo R\$ 28,8 milhões com hipertensão, R\$ 241,4 milhões com AVC e R\$ 699,8 milhões com doenças isquêmicas do coração.

A redução dos teores de gorduras e açúcares propostos poderiam reduzir e muito os gastos com a hospitalização dos pacientes, portanto, os recursos seriam melhor aplicados se investidos na medicina preventiva.

Se não forem alterados a produção de alimentos e seus padrões de consumo nos países industrializados, a maioria das pessoas contrairá DCNT em alguma etapa da vida. Determinados tipos de alimentos, como por exemplo, pipoca de microondas, bolachas industriais, combos de fast-food, pastéis, macarrão instantâneo, todo alimento que utilize margarina, doces e salgados industrializados, possuem abundante quantidade de gorduras trans e açúcares refinados.

Deixamos a cargo da autoridade sanitária a fixação dos limites para cada tipo de alimento processado, visto que seria desaconselhável estabelecer um limite genérico por meio de lei ordinária. A flexibilidade para a definição dos limites é fundamental, pois a evolução tecnológica da indústria alimentícia e das ciências da saúde é constante e não deve ser engessada na letra da lei.

Em função da relevância da matéria para a melhoria das condições de saúde da população brasileira, espero contar com o apoio desta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=99502](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=99502)

**Data de apresentação:** 22/03/2011

**Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos.

**Explicação da ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 986/69 - que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que a autoridade sanitária fixará limite máximo de teor de gorduras trans, saturadas e açúcares nos alimentos processados.

**Indexação:** Alteração, Definição, Limitação, Alimentos, Gordura Animal, Gordura Vegetal, Açúcar, Quantidade, Produto Industrializado, Autoridade Sanitária, Fixação.

---

## Tramitação:

**22/03/2011** - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 18 (dezoito) folhas numeradas e rubricadas.*

**22/03/2011** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.*

*Publicação em 23/03/2011 no DSF Página(s): 7795 - 7804 ( Ver Diário )*

*Textos: Avulso da matéria*

**23/03/2011 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais**

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Recebido na CAS, nesta data.*

*Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas, e posterior distribuição.*

**24/03/2011 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais**

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Prazo para apresentação de emendas:*

*Primeiro dia: 24/03/2011.*

*Último dia: 30/03/2011.*

**31/03/2011 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais**

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.*

*Matéria aguardando distribuição.*

**31/03/2011 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: O Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, designa o Senador João Durval Relator da matéria.*

**12/07/2011 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais**

*Ação: Devolvido pelo Relator, Senador João Durval, para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, constante do Ofício nº 1.154/2011, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto (fls. nº 19).*

*À SCLSF.*

**13/07/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.*

**02/08/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

*Ação: Leitura do Requerimento nº 917, de 2011, de autoria do Senador João Durval, solicitando, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2011, por versarem sobre matéria similar.*

*O requerimento lido vai à Mesa para decisão.*

**15/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: AGENDADO REQUERIMENTO PARA A ORDEM DO DIA*

*Ação: Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23.8.2011 o Requerimento nº 983, de 2011, de tramitação conjunta.*

**18/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA*

*Ação: Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23/08/2011, o Requerimento nº 983, de 2011, de tramitação conjunta.*

*Votação, em turno único.*

**23/08/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

*Ação: Aprovado o Requerimento nº 983, de 2011.*

*As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*

**23/08/2011 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.*

**26/08/2011 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

*Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do Ofício nº 1515/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento de tramitação em conjunto (fls. nº 23).*

*À SSCLSF.*

**26/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Recebido neste Órgão, às 14h20.*

**26/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Encaminhado ao Plenário.*

**29/08/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Leitura do Requerimento nº 1068, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que solicita, nos termos do artigo 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 489 de 2008 e 408 de 2009, aos Projetos de Lei do Senado nºs 431 de 2003; 406 de 2005; 181, 196 e 495 de 2007; 150 de 2009; e 106 de 2011, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.*

*O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.*

**31/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO*

*Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.068, de 2011, de tramitação conjunta.*

**31/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: AGENDADO REQUERIMENTO PARA A ORDEM DO DIA*

*Ação: Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 13/09/2011 o Requerimento nº 1.068, de 2011, de tramitação conjunta.*

**06/09/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA*

*Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 13/09/2011.*

*Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.068, de 2011, de tramitação conjunta.*

**27/09/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

*Ação: É lido e aprovado o Requerimento nº 1.188, de 2011, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007.*

*Aprovado o Requerimento nº 1.068, de 2011.*

*As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e*

*Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.*

*Fica prejudicado o Requerimento nº 917, de 2011.*

**28/09/2011** - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.*

**15/03/2012** - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Distribuído à Senadora Marta Suplicy para emitir relatório.*

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 406, de 2005; 181 e 495, de 2007; 489, de 2008; 1, 150 e 408, de 2009 e 106 de 2011.)*

**23/05/2012** - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Devolvido pela Senadora Marta Suplicy, com Requerimento para realização de audiência pública para debater a matéria.*

*(Tramitam em conjunto os PLS nº 431, de 2003; 406, de 2005; 181 e 495, de 2007; 489, de 2008; 1, 150 e 408, de 2009; e 106, de 2011)*

**30/05/2012** - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

*Ação: Na 23ª Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão aprova os Requerimentos nºs 41 e 42, de 2012-CCJ, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy e do Senador Eunício Oliveira, respectivamente, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria.*

*Matéria aguardando realização de Audiência Pública.*

*(Tramitam em conjunto os PLS nº 431, de 2003; 406, de 2005; 181 e 495, de 2007; 489, de 2008; 1, 150 e 408, de 2009; e 106, de 2011)*

## PROJETO DE LEI Nº679, DE 2011

Ana Rita

*Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, fica acrescida do seguinte artigo 21-A:

“Art. 21-A. Fica criada a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, com o objetivo de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural.

§ 1º São objetivos da Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural:

- I - diminuir o uso de agrotóxicos de origem sintética;
- II - disponibilizar novas tecnologias ao produtor rural, a baixo custo e de fácil manuseio;
- III - obter produtos agrícolas mais saudáveis isentos de contaminação por agrotóxicos de origem sintética;
- IV - manter o equilíbrio da natureza, preservando a fauna e os mananciais de águas;
- V - aumentar a resistência de plantas e animais contra a ocorrência de pragas e doenças e diminuir os gastos com a condução das culturas e criações.

§ 2º São considerados agrotóxicos não sintéticos de origem natural todos os produtos de origem não sintética que se enquadrem nos termos do inciso I do art. 2º desta Lei e que possuam as seguintes características:

- I – pouco ou não tóxicos ao homem;
- II - baixa agressividade à natureza;
- III - eficiência no combate e repelência a insetos, plantas infestantes e microrganismos nocivos;
- IV - não favorecer a ocorrência de formas de resistência de pragas e de microrganismos;
- V - custo reduzido para aquisição e emprego;
- VI - simplicidade de manejo e aplicação.

§ 3º O Poder Público estimulará o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos não sintéticos de origem natural, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e do Fundo Nacional de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, nos termos do regulamento.

§ 4º O Poder Público financiará o estabelecimento de unidades industriais para a produção de agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito subsidiado, nos termos do regulamento.

§ 5º O Poder Público estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito com taxas de juros menores, nos termos do regulamento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

---

### Justificativa:

Defensivos naturais também chamados defensivos alternativos ou biopesticidas se originam em materiais naturais, já existentes no ambiente, como plantas, microorganismos e animais. Normalmente são menos

tóxicos e causam baixo impacto ambiental, por serem altamente específicos, decompõem-se rapidamente e não serem persistentes no meio ambiente.

Podem ser usados para melhorar o transporte e a vida útil dos produtos agrícolas, e não deixam resíduos, abrindo portas para os mercados de exportação. Alguns são usados na produção orgânica, onde existem poucas opções tecnológicas.

Os defensivos naturais, usados em combinação com defensivos sintéticos, têm demonstrado melhor eficiência, melhores rendimentos e aumento da lucratividade da lavoura.

Como exemplos temos a vespa endoparasitóide *Cotesia flavipes*, que parasita a broca-da-cana-de-açúcar (*Diatraea saccharalis*), sendo usada em cerca de 3 milhões de hectares da cultura. O fungo *Metarhizium anisopliae* é utilizado na infecção e controle das cigarrinhas do gênero *Mahanarva* spp, também em cerca de 2 milhões de hectares da cana-de-açúcar. O *Baculovirus anticarsia* já é utilizado no controle da lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatilis*), em 300 mil hectares da cultura. E a vespa do gênero *Trichogramma* spp já é utilizada no controle de lagartas que atacam 500 mil hectares das culturas da cana-de-açúcar, milho, e tomate.

Estima-se que de 50.000 a 70.000 plantas medicinais e aromáticas são usadas no mundo, sendo que 3.000 são comercializadas. Cerca de 3.000 espécies são utilizadas para produzir óleos essenciais (uso como aroma, sabor, desinfetantes, e com atividade inseticida e antimicrobiana, etc.) sendo que 300 espécies são commodities comercializadas no mercado global.

A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos, e o seu regulamento respectivo, o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, não adota o termo “defensivo natural”, mais comumente utilizado na sociedade. O termo “agrotóxico” foi cunhado e adotado na legislação justamente por transmitir ao produtor menos informado a característica de periculosidade que alguns dos produtos carregam. Assim, mantivemos na Lei o uso termo “agrotóxico não sintético de origem natural”, por entender que a definição contida no seu art. 2º, já contempla o grupo de defensivos naturais, e que a adoção do termo “defensivos naturais” na Lei provocaria uma polêmica que prejudicaria a discussão da proposição que se apresenta.

Os defensivos naturais têm tido significativa atenção por parte da comunidade científica. É digno de registro a realização do V Congresso Brasileiro de Defensivos Agrícolas Naturais – COBRADAN, de 24 a 26 de maio de 2011, pela Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna, SP), por meio do Fórum Permanente para Adequação Fitossanitária, e em parceria com a Fundação Arthur Bernardes – Funarbe, em Viçosa, MG. Vários trabalhos científicos foram apresentados nesse V Congresso.

Entretanto, a agropecuária nacional se ressentida de uma legislação ordinária que se preocupe com o incentivo ao desenvolvimento dessas tecnologias, sua produção em escala industrial e seu uso no meio rural.

Os novos padrões de consumo de alimentos sem contaminantes exigem maior sustentabilidade dos processos produtivos e o uso de defensivos naturais. Além disso, endemias e problemas diversos de saúde pública e relacionados a desequilíbrios do meio ambiente podem ser sanados ou minimizados com o uso preferencial de defensivos naturais. A grande biodiversidade que caracteriza os nossos ecossistemas enseja a adoção de estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico de defensivos naturais, com todas as vantagens já mencionadas.

Não basta, no entanto, desenvolver o produto. É necessário financiar a sua fabricação e o seu uso pelos produtores rurais ou outros usuários finais, o que demanda linhas de crédito específicas para o setor.

Tais ações serão consubstanciadas nesse Projeto de Lei ao instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, na Lei dos Agrotóxicos. A aprovação dessa Política pelos meus nobres pares exigirá a adoção de ações efetivas pelo Poder Executivo para o seu cumprimento, com resultados positivos para toda a sociedade.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Rita



## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=103225](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103225)

**Data de Apresentação:** 10/11/2011

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

**Explicação da ementa:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins) para criar a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, com os objetivos de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural. Classifica, para os fins da lei, os agrotóxicos não sintéticos de origem natural. Dispõe que o Poder Público estimulará o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos não sintéticos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Determina que o Poder Público financiará o estabelecimento de unidades industriais para a produção de agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito subsidiado e que estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito com taxas de juros menores.

**Indexação:** Alteração, Lei Dos Agrotóxicos, Criação, Política Nacional, Agrotóxico, Defensivo Agrícola, Produto Natural, Pesquisa, Produção, Utilização, Objetivo, Incentivo, Produto Industrializado, Produto Químico, Redução, Custo, Contaminação, Preservação, Impacto Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Manejo Ecológico, Poluição, Meio Ambiente, Praga, Doença, Toxicidade, (Fndct), Desenvolvimento Científico, Fundo Nacional Do Meio Ambiente, Financiamento, Poder Público, Subsídios, Crédito Industrial, Empresa Industrial, Regulamento.

## Tramitação:

**10/11/2011** - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 08 (oito) folhas numeradas e rubricadas.*

**10/11/2011** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.*

*A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.*

**11/11/2011** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Ação: Recebido na Comissão nesta data.*

*Aguardando abertura do prazo para recebimento de emendas ao Projeto.*

**14/11/2011** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*



*Ação: Aberto prazo para apresentação de emendas.*

*Primeiro dia: 14/11/2011*

*Último dia: 21/11/2011*

**07/12/2011** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Esgotado o prazo regimental sem a apresentação de emendas, a matéria aguarda designação de Relatoria.*

**20/12/2011** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Projeto distribuído ao Senador Aníbal Diniz para relatar.*

**17/04/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Matéria devolvida pelo Relator, Senador Aníbal Diniz, com Relatório pela aprovação do Projeto.*

**24/04/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO*

*Ação: Reunida a CMA na 17ª reunião ordinária de 24.04.2012, foi concedida vista do projeto ao Senador PEDRO TAQUES, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.*

**30/04/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Nesta data, é pedido reexame de Relatório, pelo Relator.*

*Anexado Relatório. (fls 9 a 11)*

*Matéria encaminhada ao Relator, Senador Aníbal Diniz.*

**22/05/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Devolvido pelo relator, Senador ANIBAL DINIZ, com novo relatório pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.*

**29/05/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO*

*Ação: Reunida a comissão, nesta data, é lido e aprovado o relatório do Senador Aníbal Diniz, que passa a constituir*

*o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1 - CMA (substitutivo).*

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº80, DE 2011

*Reginaldo Lopes*

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica obrigada a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a informar ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior à entrega.

Parágrafo único. A não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=102446](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=102446)

**Data de Apresentação:** 22/09/2011

**Origem:** PLC 547 / 2003

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.

**Explicação da ementa:** Estabelece que a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios é obrigada a informar, até o dia 25 de mês anterior à entrega, o preço pago pelo litro do produto, sob pena de pagamento do maior preço praticado no mercado. Assunto: Indústria e comércio - Econômico

**Indexação:** Obrigatoriedade, Empresa De Laticínios, Beneficiamento, Leite, Informação, Produtor, Valor, Venda, Produto, Proibição, Cobrança, Diferença, Preço, Cota Anual, Produção, Excedente, Combate, Desvalorização, Período, Safra.

---

### Tramitação:

**22/09/2011** - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Situação:* AGUARDANDO LEITURA

*Ação:* Este processo contém 07 (sete) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).

À SSCLSF.

**22/09/2011** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: AGUARDANDO LEITURA*

*Ação: Aguardando leitura.*

**22/09/2011** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, o projeto será apreciado terminativamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.*

*Textos: Avulso da matéria*

**23/09/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Recebido na CRA nesta data.*

*Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas perante a CRA.*

**26/09/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA:*

*primeiro dia: 26/09/2011.*

*último dia: 30/09/2011.*

**04/10/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. (26/09 a 30/09/2011).*

*Aguardando Designação de Relator.*

**07/10/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Avocado pelo Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, para relatar a matéria.*

**16/11/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data, do Senador Acir Gurgacz, o relatório pela aprovação do Projeto (fls. 9/12).*

**Matéria pronta para a pauta na Comissão.**

**17/11/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Na 49ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, o PLC 80/2011 é incluído como item Extrapauta. Colocada a matéria em discussão, após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, relator, a Presidência encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa.*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

\*\*\*\*\* Retificado em 07/12/2011 \*\*\*\*\*

*Na 49ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, o PLC 80/2011 é incluído como item Extrapauta. Colocada a matéria em discussão, após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, relator, a Presidência suspende a discussão, que será retomada na próxima reunião deliberativa.*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

**29/11/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria incluída na pauta da Reunião da Comissão.*

**30/11/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Recebido nesta data, do Senador Acir Gurgacz, novo relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 (fls. 13/16).*

*Matéria incluída na pauta da Reunião da Comissão.*

**01/12/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Na 51ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira a matéria da Pauta.*

*Encaminhado ao relator, Senador Acir Gurgacz, para reexame.*

*Ao gabinete do Senador Acir Gurgacz.*

**07/12/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Devolvido pelo relator, Senador Acir Gurgacz, sem manifestação.*

*Matéria incluída na pauta da Reunião da Comissão.*

**15/12/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES*

*Ação: Na 53ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Comissão aprova o PLC nº 80/2011 e a Emenda nº 1-CRA, oferecida como conclusão do relatório do Senador Acir Gurgacz (fls. 13/16).*

*Juntada a Decisão da CRA sobre o PLC nº 80/2011 (fl. 17).*

*Juntada a folha de assinatura do Parecer do PLC nº 80/2011 (fl. 18).*

*Juntadas as folhas de votação nominal do PLC nº 80/2011 e da Emenda nº 1-CRA (fls. 19/20).*

*Juntado o ofício OF.PRES nº 007/2011-CRA, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz, que comunica a aprovação do PLC nº 80/2011 e da Emenda nº 1-CRA ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, nos termos do art. 91, § 2º, do RISF (fl. 21).*

**19/12/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: À SGM para prosseguimento da tramitação.*

**19/12/2011** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Ação: Recebido neste Órgão, às 15h 33.*

**20/12/2011** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)*

*Ação: Devolvido à CRA, para juntada do Texto Final.*

**21/12/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: Recebido na CRA nesta data.*

**03/02/2012** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: Juntado o Texto Final da CRA ao PLC nº 80/2011, aprovado em 15.12.2012 (fl. 22).*

*À Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

**03/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Recebido neste Órgão às 13h00.*

**03/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)*

*Ação: Aguardando leitura do Parecer da CRA.*

*Juntada, às fls. 23/24, cópia da legislação citada no Parecer.*

**06/02/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO*

*Ação: Leitura do Parecer nº 24, de 2012-CRA, Relator Senador Acir Gurgacz, favorável, com a Emenda Nº 1- CRA.*

*A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 7, de 2011, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, da presente matéria.*

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91 § 3º, do Regimento Interno.*

*Publicação em 07/02/2012 no DSF Página(s): 952 - 959 ( Ver Diário )*

**07/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Prazo para interposição de recurso: 08/02/2012 a 14/02/2012.*

**14/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Juntados quadro comparativo (fl. 26) e texto final revisado (fl. 27).*

*Quadro comparativo*

**15/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação de término de prazo para interposição de recurso.*

**15/02/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA*

*Ação: A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 1, de 2012, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário.*

*A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, c, do Regimento Interno.*

*Publicação em 16/02/2012 no DSF Página(s): 2731 - 2732 ( Ver Diário )*

**16/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Prazo para recebimento de emendas perante a Mesa: 16/02/2012 a 24/02/2012.*

*\*\*\*\*\* Retificado em 28/02/2012 \*\*\*\*\**

*Prazo para recebimento de emendas perante a Mesa: 16/02/2012 a 27/02/2012.*

**28/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para apresentação de emendas.*

**28/02/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA*

*Ação: A Presidência comunica que se encerrou ontem o prazo sem apresentação de emendas.*

*A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.*

*Publicação em 29/02/2012 no DSF Página(s): 4134 ( Ver Diário )*

**28/02/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA*

*Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.*

**09/05/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Encaminhado ao Plenário.*

**09/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Situação: AGENDADA PARA ORDEM DO DIA*

*Ação: É lido e posteriormente aprovado o Requerimento nº 404, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Acir Gurgacz, solicitando urgência para a matéria.*

*A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.*

**10/05/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Situação: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA*

*Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15.5.2012.*

*Discussão, em turno único.*

*Matéria não apreciada na sessão de 15.5.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 16.5.2012.*

*Matéria não apreciada na sessão de 16.5.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 17.5.2012.*

*Senado Federal*

*Secretaria-Geral da Mesa*

*Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias*

*Impresso em 31/05/2012 09h46 Sistema de Tramitação de Matérias - PLC 00080 / 2011 5*

*Matéria não apreciada na sessão de 17.5.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 22.5.2012.*

*Matéria não apreciada na sessão de 22.5.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 23.5.2012.*

*Matéria não apreciada na sessão de 22.5.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 23.5.2012.*

*Matéria não apreciada na sessão de 23.5.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 24.5.2012.*

*Matéria não apreciada na sessão de 24.5.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 29.5.2012.*

**29/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

*Situação: APROVADA*

*Ação: Discussão encerrada, após usarem da palavra os Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Renan Calheiros, José Pimentel e José Agripino.*

*Aprovado o projeto, ressalvada a emenda.*

*Aprovada a Emenda nº 1-CRA, de redação.*

*Aprovada a redação final. (Parecer nº 621, de 2012-CDIR)*

*À sanção.*

**29/05/2012 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

*Ação: Recebido neste órgão às 19:56hs.*

**30/05/2012 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

*Ação: Anexado o texto revisado (fls. 35).*

**31/05/2012 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

*Situação: REMETIDA À SANÇÃO*

*Ação: Anexado o Ofício SF nº 1.080 de 31/05/12, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem SF nº 110/12, à Excelentíssima Senhora Presidenta da República submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 36 a 38).*

*Anexado o Ofício SF nº 1.077 de 31/05/12, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando a aprovação com emenda de redação pelo Senado Federal, em revisão, do presente Projeto e o seu encaminhamento à sanção presidencial (fl. 39).*



## PROJETO DE LEI Nº7.416, DE 2010

*Valdir Raupp- PMDB /RO*

*Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) compreende o apoio à comercialização da carne suína, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, constante dos autógrafos em anexo, que “Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992”.

---

### Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=479250>

**Data de Apresentação:** 28/05/2010

**Origem:** PLS 348/2007

**Ementa:** Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

**Indexação:** Inclusão, Política de Garantia de Preços Mínimos, comercialização, carne, suíno.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de Tramitação:** Prioridade

## Tramitação:

### 28/05/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Recebido o Ofício n. 935/2010, do Senado Federal, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, constante dos autógrafos em anexo, que "Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992".*

### 28/05/2010 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei n. 7416/2010, pelo Senado Federal, que: "Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992".*

### 01/06/2010 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)*

*Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II*

*Regime de Tramitação: Prioridade*

### 07/06/2010 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 08/06/10 PÁG 25822 COL 02.*

### 08/06/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

### 17/06/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Zonta (PP-SC)*

### 18/06/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 21/06/2010)*

### 30/06/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

### 08/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Zonta (PP-SC).*

*Parecer do Relator, Dep. Zonta (PP-SC), pela aprovação.*

### 17/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Vista conjunta aos Deputados Moacir Micheletto e Silas Brasileiro.*

### 17/11/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolução de Vista (Dep. Moacir Micheletto e Dep. Silas Brasileiro).*

### 01/12/2010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

### 02/12/2010 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Recebimento pela CFT.*

### 02/12/2010 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

### 06/12/2010 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 07/12/10, PÁG 49150 COL 02, Letra A.*

**15/12/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Designado Relator, Dep. Andre Vargas (PT-PR)*

**04/03/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Reabertura de Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 10/03/2011)*

**23/03/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**16/09/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Devolvida sem Manifestação.*

**22/09/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Designado Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)*

**21/11/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CFT, pelo Dep. Jerônimo Goergen*

*Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen , pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.*

**19/03/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Devolvido ao Relator, Dep. Jerônimo Goergen, para atualização da Legislação orçamentária.*

**30/05/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CFT, pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).*

*Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.*

## PROJETO DE LEI Nº4.394, DE 2008

*Davi Alcolumbre - DEM /AP*

*Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 31-A:

“Art. 31-A. Quando da comercialização de hortaliças, frutas, carnes, ovos, leite ou mel, além dos aspectos referidos no art. 31 desta Lei, deverão ser asseguradas aos consumidores as seguintes informações:

I – identificação do produtor e da unidade de produção agropecuária, especificando sua localização ou, no caso de produto importado, o país de origem;

II – data em que ocorreu a colheita do produto vegetal, o abate do animal, a coleta, a ordenha ou outra informação cabível, relativa à obtenção do produto, conforme o caso;

III – caso agrotóxicos tenham sido utilizados no processo produtivo ou no tratamento pós-colheita, informar-se-á a data em que ocorreu a última aplicação de cada um desses insumos, identificados pelos respectivos nomes técnicos, e os intervalos de carência recomendados;

IV – no caso de produto originário de animais tratados com carrapaticidas, larvicidas, antibióticos ou outros medicamentos de uso veterinário, informar-se-á a data em que ocorreu a última aplicação de cada um desses insumos, identificados pela respectiva denominação comum, e os intervalos de carência recomendados.

§ 1º Quando da comercialização no atacado dos produtos referidos no caput deste artigo, ou na sua venda direta à indústria, as informações deverão constar de documento que acompanhará cada lote homogêneo de produto.

§ 2º Quando da comercialização no varejo dos produtos referidos no caput deste artigo, as informações deverão ser afixadas em local visível e de modo a possibilitar a identificação, pelo consumidor, dos produtos a que se referem.

§ 3º Nos casos em que os insumos referidos no caput deste artigo não forem empregados, ou em se tratando de produto orgânico, nos termos da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, tais condições deverão ser informadas. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O advento do Código de Defesa do Consumidor – CDC — Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, aprovada pelo Congresso Nacional —, definiu os parâmetros de um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro, lavrado no art. 5º, inciso XXXII da Constituição Federal, nos seguintes termos: “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

Dessa forma, o ordenamento jurídico nacional passou a respaldar o direito do consumidor brasileiro. Em consequência, as reivindicações populares passaram a ser canalizadas com maior eficiência e as respostas às demandas fluíram com maior rapidez, nos âmbitos administrativo e judicial.

No que concerne à oferta e apresentação de produtos comercializados, o art. 31 do CDC estabelece, de forma abrangente, que “a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades,

quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”.

Entretanto, nos últimos anos têm sido registrados graves problemas que ameaçam a saúde do consumidor, tais como: a contaminação de alimentos por resíduos de substâncias químicas, agrotóxicos, antibióticos e outros medicamentos de uso veterinário.

O emprego abusivo de insumos agropecuários tem despertado a preocupação de pesquisadores e técnicos e pode fazer com que as exportações brasileiras sofram restrições no mercado internacional. Matéria publicada em 25 de junho de 2008, no jornal Gazeta do Povo, de Curitiba (PR), revela que, nos últimos nove anos, o uso de “venenos agrícolas” praticamente dobrou no Estado do Paraná. Com lamentável frequência, a imprensa noticia a constatação de resíduos de carrapaticidas, larvicidas, antibióticos e outros contaminantes, em produtos de origem animal.

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, implementado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em parceria com secretarias estaduais de saúde, tem revelado dados alarmantes: em amostras de hortaliças e frutas coletadas em diversas Unidades da Federação, encontraram-se resíduos de agrotóxicos em níveis superiores ao máximo admissível, e também a presença de substâncias de uso não permitido no País ou no cultivo daquelas espécies.

Objetivando defender os interesses dos consumidores de produtos agropecuários — especialmente daqueles em que se verificam freqüentes problemas de contaminação —, apresentamos o presente projeto de lei à consideração desta Casa. Esperamos que, com o acréscimo ao CDC do art. 31-A, o consumidor tenha acesso a informações relevantes e possa sentir-se seguro. E mais: quando constatada a impropriedade do alimento para o consumo, se possa identificar e responsabilizar a quem de direito: seja o produtor, o importador, o distribuidor do produto, ou o responsável técnico.

Dada a relevância da proposta contida neste projeto de lei, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para a sua rápida aprovação.

---

## Informações complementares:

Site para consulta na Câmara dos Deputados :

[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=417994](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=417994)

**Data de Apresentação:** 26/11/2008

**Ementa:** Acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, estabelecendo condições relativas à comercialização dos produtos que especifica.

**Explicação da Ementa:** Assegura aos consumidores informações sobre as hortaliças, frutas, carnes, ovos, leite ou mel comercializados.

**Indexação:** Alteração, Código de Defesa do Consumidor, critérios, comercialização, alimento humano, fruta, ovo, leite, informações, consumidor, identificação, produtor, data, colheita, abate, coleta, utilização, agrotóxico, medicamento veterinário, antibiótico.

**Forma de Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Ordinária

---

## Tramitação:

**26/11/2008 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Davi Alcolumbre (DEM-AP).*

**11/12/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**11/12/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.*

**18/12/2008** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 19/12/08 PÁG 61438 COL 01.*

**22/12/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

**05/03/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Waldemir Moka (PMDB-MS)*

**06/03/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 09/03/2009)*

**18/03/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**08/04/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**14/04/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Leandro Vilela (PMDB-GO)*

**22/04/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**28/04/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Humberto Souto (PPS-MG)*

**18/05/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**29/05/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR)*

**18/06/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**15/07/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Benedito de Lira (PP-AL)*

**10/03/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**10/03/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Odílio Balbinotti (PMDB-PR)*

**12/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Odílio Balbinotti (PMDB-PR).*

**12/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Parecer do Relator, Dep. Odílio Balbinotti (PMDB-PR), pela aprovação.*

**19/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Vista ao Deputado Anselmo de Jesus.*

**19/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Devolução de Vista (Dep. Anselmo de Jesus).*

**16/06/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Retirado de pauta pelo Relator.*

**07/07/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Designado Relator, Dep. Lira Maia (DEM-PA)*

**16/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CAPADR, pelo Deputado Lira Maia (DEM-PA)*

**16/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Parecer do Relator, Dep. Lira Maia (DEM-PA), pela rejeição*

**24/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**25/11/2010** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)  
*Recebimento pela CDC.*

**25/11/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)  
*Parecer recebido para publicação.*

**25/11/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)  
*Parecer recebido para publicação.*

**30/11/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)  
*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 01/12/10, Letra A.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011.*

**03/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Apresentação do REQ 67/2011, pelo Dep. Davi Alcolumbre, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**15/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-67/2011.*

**17/03/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)  
*Designado Relator, Dep. Antônio Roberto (PV-MG)*

**18/03/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)  
*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 21/03/2011)*

**05/04/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)  
*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**30/06/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)  
*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDC, pelo Deputado Antônio Roberto (PV-MG).  
Parecer do Relator, Dep. Antônio Roberto (PV-MG), pela aprovação.*

**10/08/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)



*Retirado de pauta de ofício.*

**17/08/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator Substituto, Dep. Eli Correa Filho (DEM-SP)*

*Aprovado o Parecer.*

**17/08/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Designado Relator Substituto, Dep. Eli Correa Filho (DEM-SP)*

**17/08/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer do Relator Substituto, Dep. Eli Correa Filho (DEM-SP), pela aprovação.*

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CDC, pelo Dep. Eli Correa Filho*

**17/08/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Aprovado o Parecer.*

**24/08/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**25/08/2011** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC.*

**31/08/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*À SGM o Ofício 289/11 - CDC comunicando divergência de pareceres com relação a este.*

**09/09/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o PL n. 4.394/2008, pois se configurou a hipótese do art. 24, II, "g", do RICD. Publique-se. Oficie-se.*

**13/09/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*À CCJC o Ofício n.º 1463/SGM/P/2011, de 09/09/11, comunicando a transferência ao Plenário da competência para apreciar o PL nº 4.394/2008.*

**14/09/2011** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Jorginho Mello (PSDB-SC)*

**23/05/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Jorginho Mello (PSDB-SC).*

*Parecer do Relator, Dep. Jorginho Mello (PSDB-SC), pela injuridicidade.*

## PROJETO DE LEI Nº6.321, DE 2009

*Luís Carlos Heinze – PP/RS*

*Altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1.991, para dispor sobre os beneficiários do crédito rural.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1.991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 49.....*

*V - atividades, cumulativamente, de limpeza, padronização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas.*

*§ 3º Podem ser beneficiários de crédito rural, quando necessário ao custeio agrícola e comercialização, as empresas cerealistas desde que comprovem o repasse do benefício aos produtores rurais.”(NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Atualmente, o acesso aos recursos obrigatórios só pode se dar por intermédio dos agentes financeiros com repasses às cooperativas ou diretamente aos produtores rurais. As empresas cerealistas não tem acesso a esses recursos por força do Manual de Crédito Rural - MCR, o que as impede de oferecer aos produtores rurais, em sua maioria pequenos, condições mais favoráveis de financiamentos.

Alguns produtores atendidos por essas empresas não dispõem de mecanismos de acesso ao crédito em razão das exigências dos agentes financeiros ou incapacidades apresentadas, tais como garantias, projetos de viabilidade, entre outros.

Por outro lado, alguns agentes financeiros, em determinadas regiões do país, possuem dificuldades operacionais em financiar diretamente os produtores rurais, em razão da falta de capilaridade.

Pela presente proposta as empresas cerealistas poderiam repassar recursos do crédito rural e ficariam responsabilizadas pela análise prévia cadastral, confecção do projeto de viabilidade, acompanhamento do plantio a colheita e emissão de relatórios periódicos ao agente financeiro, sem qualquer ônus adicional ao produtor rural.

Desta forma, os agricultores teriam acesso ao financiamento de custeio e aos insumos agrícolas de forma mais ágil, as empresas cerealistas prestariam serviços ao oferecer insumos a juros compatíveis a atividade e os agentes financeiros diminuiriam seus riscos em carteiras agrícolas.

Tendo em vista a relevância da matéria, conto com o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado LUIS CARLOS HEINZE

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=457465>

**Data de Apresentação:** 29/10/2009

**Ementa:** Altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre os beneficiários do crédito rural.

**Explicação da Ementa:** Inclui como beneficiário do crédito rural a pessoa física ou jurídica que realiza atividades de limpeza, padronização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas e as empresas cerealistas, desde que comprovem o repasse do benefício aos produtores rurais.

**Indexação:** Alteração, Lei de Política Agrícola, inclusão, beneficiário, crédito rural, pessoa física, pessoa jurídica, atividade, limpeza, padronização, armazenamento, comercialização, produto agrícola, empresa, cereais, comprovação, repasse, benefício, produtor rural.

**Forma de Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

**29/10/2009** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).*

**12/11/2009** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;*

*Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)*

*Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II*

*Regime de Tramitação: Ordinária*

**16/11/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 17/11/09 PÁG 63984 COL 01.*

**16/11/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

*Designado Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR)*

**17/11/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 18/11/2009)*

**03/12/2009** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**28/04/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1, pelo Deputado Cezar Silvestri (PPS-PR).*

*Parecer do Relator, Dep. Cezar Silvestri (PPS-PR), pela aprovação.*

**05/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta, de ofício.*

**12/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**13/05/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**13/05/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Recebimento pela CFT.*

**18/05/2010** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 19/05/10, PÁG 21854 COL 01, Letra A.*

**01/06/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Designado Relator, Dep. Ricardo Berzoini (PT-SP)*

**02/06/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 04/06/2010)*

**22/06/2010** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**25/01/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP). Inteiro teor Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.*

**22/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apresentação do REQ 480/2011, pelo Dep. Luis Carlos Heinze, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**24/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-480/2011.*

**10/03/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Reabertura de Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 11/03/2011)*

**23/03/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

*Devolvido ao relator, Dep. Ricardo Berzoini.*

**05/04/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Devolvida sem Manifestação.*

**13/04/2011** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Designado Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)*

**01/12/2011** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Requerimento n. 3953/2011, pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que: "Requer inclusão do Projeto de Lei nº 6.321, de 2009, que "altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre os beneficiários do crédito rural", na Ordem do Dia do Plenário o mais brevemente possível".*

**08/03/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Devolvida sem Manifestação.*

**21/03/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Designado Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)*

**23/05/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CFT, pelo Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).*

*Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.*

## PROJETO DE LEI Nº2.092, DE 2007

Marcos Montes - DEM /MG

*Dispõe sobre o Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural Brasileiro, de operações originárias de crédito rural, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São as instituições e os agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, autorizados a proceder ao alongamento de dívidas originárias de crédito rural, contraídas por produtores rurais, suas associações, cooperativas e condomínios, inclusive as já renegociadas, relativas às seguintes operações, contraídas até 31 de dezembro de 2006:

I – realizadas ao amparo da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 – Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO);

II - realizadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mixadas ou não com outras fontes de recursos;

III – nas operações de investimentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

IV - realizadas ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), renegociadas ao amparo do artigo 5º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

V - realizadas ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecir, etapas II e III;

VI - realizadas ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira;

VII - realizadas ao amparo do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, de que trata a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001;

VIII – de crédito rural de custeio agropecuário prorrogado, que tenha sido contratado até 31/12/06, com recursos da exigibilidade bancária, da poupança rural e demais fontes de financiamento utilizadas para esta finalidade;

IX – de crédito rural de investimento agropecuário, independente da fonte de recursos utilizada;

X - relativas às parcelas vencidas e não pagas de operações de crédito rural alongadas ao amparo do § 5º do art.º 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 9 de novembro de 1999;

XI - relativas às parcelas vencidas e não pagas de operações de crédito rural alongadas ao amparo do artigo 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

XII - relativas às parcelas vencidas e não pagas de operações de crédito rural alongadas ao amparo dos §§ 6º, 6º-A e 6º-B do artigo 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 9 de novembro de 1999, regulamentada pela Resolução nº 2.471, de 1998;

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo:

a) as operações contratadas após 31/12/2007, com recursos de qualquer fonte, inclusive as de crédito rural, desde que a nova operação tenha seus recursos destinados à liquidação de operações anteriores;

b) as operações contratadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, ao amparo da Resolução nº 3.423, de 2006, mesmo que a contratação da operação tenha ocorrido após 31/12/2006.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a inclusão de operações de outras fontes, inclusive aquelas contratadas sob a modalidade de Crédito Direto ao Consumidor – CDC.

§ 3º Incluem-se nas disposições do caput deste artigo as operações em processo de cobrança administrativa e judicial.

§ 4º A instituição financeira fica obrigada a se manifestar formalmente quanto ao não enquadramento do débito do mutuário nos termos desta Lei, no prazo máximo de noventa dias antes do término do prazo para formalização da operação, cabendo ao mutuário, apresentar recurso ao Banco Central do Brasil no prazo de até 30 dias contados da data do indeferimento de sua proposta.

Art. 2º Nas operações de alongamento referidas no caput do art. 1º, o saldo devedor será apurado em 31 de outubro de 2007, com base nos seguintes critérios:

I – em relação aos incisos I, II, III, IV, VI e VII, do art. 1º, pelos encargos de normalidade, até a data da repactuação, expurgando, se houver, os encargos de inadimplemento, encargos moratórios, multas, outros encargos e taxas não pactuados no contrato original e honorários advocatícios que correrão por conta da instituição credora;

II – em relação ao inciso V do art. 1º:

a) até 30 de novembro de 1995: pelos encargos de normalidade, até a data da repactuação, expurgando, se houver, os encargos de inadimplemento, encargos moratórios, multas, outros encargos e taxas não pactuados no contrato original e honorários advocatícios que correrão por conta da instituição credora;

b) de 30 de novembro de 1995 até 31 de outubro de 2007:

1 - sobre o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): os encargos estabelecidos no § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 9 de novembro de 1999, dispensada a correção pela equivalência em produto no período entre 31 de outubro de 2001 até 31 de outubro de 2007;

2 - sobre o valor que exceder ao limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): pelos encargos de normalidade, até 31 de outubro de 2007, expurgando, se houver, os encargos de inadimplemento, encargos moratórios, multas, outros encargos e taxas não pactuados no contrato original e honorários advocatícios que correrão por conta da instituição credora;

III – em relação aos incisos VIII e IX do art. 1º:

a) considerar o valor de cada uma das parcelas na data do seu respectivo vencimento e na condição de normalidade, sem os bônus de adimplência de que trata o § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, aplicando-se a correção pela equivalência em produto somente para as parcelas com vencimento anteriores a 31/10/2001;

b) a partir do vencimento, atualizar os valores pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo até 31 de outubro de 2007;

IV – em relação ao inciso X do art. 1º: calcular o valor de cada uma das parcelas na data do seu respectivo vencimento e na condição de normalidade, com adoção dos encargos financeiros de que tratam os incisos I e II do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, corrigindo-se os valores encontrados pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) até 31 de outubro de 2007.

Art. 3º As operações desclassificadas do crédito rural serão incluídas nos procedimentos previstos nesta lei, desde que a desclassificação não tenha decorrido de desvio de crédito ou outra ação dolosa do devedor.

Art. 4º Os saldos devedores apurados na forma prevista no art. 2º terão seus vencimentos alongados pelo prazo mínimo de dez anos, observadas as seguintes condições:

I – o prazo máximo será determinado em função da capacidade de pagamento de cada mutuário, limitado a 20 anos, e o valor de cada parcela não poderá exceder ao teto de:

a) 1,5% do faturamento bruto total da atividade, quando se tratar de agricultor familiar, mini e pequeno produtor rural;

b) 3% do faturamento bruto total da atividade, quando se tratar de médio e demais produtores rurais;

II - prestações anuais, vencendo a primeira em 31 de outubro de 2.009;

III - encargos financeiros:

a) para os assentados da Reforma Agrária e agricultores familiares: as mesmas taxas praticadas para as operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;

b) para os mini e pequenos produtores rurais: juros de dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano, com capitalização anual;

c) para os demais produtores rurais: juros de três por cento ao ano, com capitalização anual.



§ 1º Alternativamente e a critério do mutuário, o saldo devedor a ser alongado poderá ser equivalente ao valor das garantias existentes na data da repactuação da dívida, ficando os critérios de avaliação e os custos decorrentes das mesmas a serem ajustados entre as partes, respeitados os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em laudo de avaliação elaborado por profissional habilitado.

§ 2º Quando do pagamento da última prestação do alongamento de que trata esta lei, existindo saldo residual, o mesmo será refinanciado pelo prazo de até 10 anos, não podendo ser concedido prazo de carência.

§ 3º A critério do mutuário, o valor de cada parcela do débito poderá ser fixado em equivalentes unidades de produto agropecuário, que representará o valor da parcela a ser paga em moeda corrente na data de seus respectivos vencimentos, respeitados os seguintes procedimentos:

I - o valor de cada uma das parcelas será fixado, calculado na data da repactuação com base no preço de referência estabelecido pelo Governo Federal;

II - o valor de cada parcela na data de seu vencimento, será calculado mediante a multiplicação das unidades de produto agropecuário vinculada pelo preço de referência mercado 30 dias antes do seu vencimento;

III - não será facultado ao mutuário, a opção de depósito da mercadoria em unidade de armazenamento credenciada pelo Governo Federal para liquidação da referida parcela, que deverá ser realizada em espécie, salvo se autorizada pelo Poder Executivo.

§ 4º Caberá ao mutuário oferecer as garantias usuais das operações de crédito rural já vinculadas à operação objeto de alongamento, sendo vedada a exigência de apresentação de garantias adicionais, liberando-se aquelas que excederem os valores regulamentares do crédito rural.

§ 5º Não serão abrangidos nas operações de alongamento de que trata este artigo os valores deferidos em processos de cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO.

§ 6º As repactuações de que trata este artigo serão formalizadas através da emissão de cédula de crédito rural, disciplinada pelo Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, e quando for o caso, através de aditivo contratual.

Art. 5º As condições estabelecidas nesta lei, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, aplicam-se aos mutuários que tenham paralizado sua atividade, desde que comprovada a capacidade de pagamento, sendo autorizada a repactuação em nome de terceiros assuntadores.

Art. 6º As instituições e os agentes financeiros apresentarão ao mutuário, extrato consolidado de sua conta gráfica, com a respectiva memória de cálculo, de forma a demonstrar discriminadamente os parâmetros utilizados para a apuração do saldo devedor desde a origem da dívida, no prazo de até 60 dias contados da data da publicação do regulamento dessa lei.

Parágrafo único. Na apuração do saldo devedor, a instituição credora fica obrigada a considerar como origem do débito, a operação que tenha sido amortizada parcialmente ou liquidada integralmente, com a liberação do crédito objeto de renegociação.

Art. 7º Ficam instituídos: bônus de adimplência, bônus de antecipação de parcela e bônus de liquidação antecipada da dívida, observada as seguintes condições:

I – bônus de adimplência, a ser calculado sobre o valor de cada parcela paga até a data do seu vencimento:

a) de 30% para as operações contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, sendo elevado para 50% quando o empreendimento for localizado na região de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento da Região Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO), e para 70% quando localizado na região do semi-árido, norte do Estado do Espírito Santo e dos municípios do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área da ADENE;

b) de 20% para os demais produtores rurais, sendo elevado para 30% quando o empreendimento for localizado na região de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento da Região Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO), e para 50% quando localizado na região do semi-árido, Norte do Estado do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área da ADENE;

II – bônus de antecipação de parcela, a ser aplicado quando a sua amortização ocorrer pelo menos um ano antes de seu vencimento pactuado, acrescido ao bônus de que trata o inciso I:

- a) de 15% para as operações contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;
- b) de 10% para os demais produtores rurais;

III – bônus de liquidação antecipada, calculados sobre cada parcela da dívida, além dos benefícios legalmente previstos, nas seguintes condições:

a) taxa de desconto a ser aplicada sobre o valor de cada parcela com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, vigente no dia da liquidação total da dívida, para as operações renegociadas ao amparo dos § 5º e dos §§ 6º, 6º-A, 6º-B e 6º-C do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995;

b) taxa de desconto a ser aplicada sobre o valor de cada parcela, com base na taxa Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, vigente no dia da liquidação antecipada e total da dívida.

§ 1º Em caso de liquidação total da dívida, nas condições estabelecidas neste artigo, fica sem efeito o disposto no § 7º do art. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002.

§ 2º As instituições financeiras ficam proibidas de impor qualquer restrição cadastral ou impeditiva de crédito, a mutuários que liquidarem seus débitos nos termos e condições de que trata este artigo.

Art. 8º Dentro dos seus procedimentos bancários, as instituições financeiras devem adotar as providências necessárias à continuidade da assistência creditícia aos mutuários contemplados com o alongamento de dívidas de que trata esta lei, quando necessário ao desenvolvimento de suas explorações.

Art. 9º Quando formalmente solicitadas pelos mutuários, as instituições financeiras integrantes do SNCR ficam obrigadas, em relação às operações alongadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 1999, da Lei nº 10.437, de 2002, e da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, e àquelas transferidas para a União nos termos da Medida Provisória nº 2.196, de 2001, a promover a reavaliação das garantias vinculadas.

§ 1º O valor dos bens objetos de garantia deve ser apurado mediante laudo de avaliação, a ser elaborado por profissional qualificado, com base nos parâmetros indicados para a finalidade pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, cuja cópia será apresentada ao interessado.

§ 2º Caso constatado, na reavaliação, que o valor das garantias excede o das dívidas a que estão vinculadas em percentual superior a 30 (trinta) por cento, a instituição financeira deverá proceder, junto ao cartório competente, à baixa do montante excedente a esse limite.

§ 3º Para os fins de que trata este artigo, considerar-se-á solicitação formal:

I – a entrega de correspondência em qualquer agência da instituição credora, sendo obrigatório o seu recebimento e protocolo;

II – o envio de carta registrada com aviso de recebimento;

III – a notificação através de Cartório Notarial.

§ 4º A instituição financeira disporá de prazo de 90 dias para:

I - manifestar-se formalmente sobre a solicitação do mutuário, apresentando, em caso de recusa, justificativa técnica, fundamentada;

II - promover as alterações necessárias nos instrumentos de crédito e nos registros competentes, no caso das solicitações deferidas.

§ 5º Para as operações e fins de que trata este artigo, fica admitida a vinculação de parte de imóvel rural como objeto de garantia, mediante a apresentação de planta baixa e memorial descritivo indicando a parcela da área da propriedade que ficará vinculada como garantia.

Art. 10. Fica autorizada, por iniciativa do mutuário, a substituição das garantias vinculadas às operações de que trata o art. 1º desta lei, observadas, no que couberem, as disposições contidas em seus parágrafos, bem como os seguintes critérios:

I – as garantias devem ser as usuais para operações de crédito rural;

II – as garantias não podem conter impedimentos ou ônus de qualquer natureza.

§ 1º A instituição financeira disporá de prazo de 90 dias para:

I – manifestar-se formalmente sobre a solicitação do mutuário, apresentando, em caso de recusa, justificativa técnica, fundamentada;

II – promover as alterações necessárias nos instrumentos de crédito e nos registros competentes, no caso das solicitações deferidas.

§ 2º Para as operações e fins de que trata este artigo, fica admitida a vinculação de parte de imóvel rural como objeto de garantia, mediante a apresentação de planta baixa e memorial descritivo indicando a parcela da área da propriedade que ficará vinculada como garantia.

Art. 11. Fica autorizada a assunção e a transferência de dívidas alongadas ao amparo desta lei, da Lei nº 9.138, de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 1999, e da Lei nº 10.437, de 2002, observados os procedimentos bancários aplicáveis às operações da espécie.

Art. 12. Fica a União autorizada a dispensar o tratamento estabelecido nesta lei às operações da mesma espécie adquiridas sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, inclusive aquelas em processo de cobrança pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Art. 13. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, gerentes, fiscais e assemelhados às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, sem prejuízo de outras, estabelecidas pela legislação vigente.

Art. 14. Dos prazos:

I – para solicitação do enquadramento: o mutuário disporá de até cento e vinte dias, contados da data da publicação do regulamento desta lei, para solicitar formalmente o alongamento dos seus débitos;

II – para formalização do alongamento: as instituições financeiras terão prazo de até trezentos e sessenta e cinco dias, contados da data da publicação do regulamento desta lei, para formalização do alongamento.

§ 1º Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originárias de crédito rural abrangidas por esta lei, a partir da data em que os mutuários manifestarem seu interesse na prorrogação ou repactuação dessas dívidas.

§ 2º Ficam as instituições financeiras credoras das dívidas renegociadas na forma desta lei obrigadas a suspender a execução dessas dívidas e a desistir, se for o caso, de quaisquer ações ajuizadas contra os respectivos mutuários relativas às operações abrangidas naquele instrumento de crédito.

Art. 15. Para aderir à repactuação de que trata esta lei, os mutuários terão de amortizar até 15% do saldo devedor vencido ou das parcelas com vencimento previsto para 2007 das operações a serem alongadas, sendo dispensado do recolhimento máximo, os mutuários que apresentarem a comprovada falta de capacidade de pagamento.

Parágrafo único. Quando o empreendimento for localizado na região de abrangência da ADENE, fica dispensado o pagamento máximo de que trata o caput do artigo.

Art. 16. Fica autorizada a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos dos depósitos à vista de que trata o art. 48 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para a instituição de linha de crédito destinada à concessão de financiamentos com vistas à liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas, inclusive as Cooperativas de Crédito, destinadas à:

I – liquidação de Cédula de Produto Rural – CPR, de que trata a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994;

II – liquidação de parcelas de dívidas de crédito rural alongadas nos termos da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 e realizadas ao amparo do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, de que trata a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, quando honrada pela Cooperativa;

§ 1º Os financiamentos serão liquidados em no máximo oito prestações, com vencimento, respectivamente, até o dia 31 de outubro de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

§ 2º Os encargos financeiros das operações a serem pagos pelos devedores serão os mesmos praticados para as operações contratadas com recursos da Exigibilidade Bancária e os Depósitos à Vista.

§ 3º Os recursos utilizados nos financiamentos de que trata o caput poderão ser computados no cumprimento das respectivas exigibilidades rurais, nos termos a serem definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 4º As operações de que trata o caput deste artigo poderão ser contratadas sob a forma de Integralização de Cotas-parte de Capital.

§ 5º O prazo para a contratação dos financiamentos é de cento e oitenta dias contados da data da publicação do regulamento desta lei.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no prazo de até 180 dias, contados a partir da data da publicação desta lei, o Seguro Prestamista vinculado ao Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural Brasileiro, destinado a:

I - amortização parcial ou integral de cada parcela na data do seu vencimento, quando verificada dificuldade de pagamento do produtor, decorrente de falta de renda e frustração de safra decorrente de adversidades climáticas e ocorrência de pragas sem método difundido de controle;

II – liquidação integral do débito em caso de falecimento por qualquer causa, do mutuário segurado.

§ 1º A adesão ao Seguro Rural de que trata o caput deste artigo é facultativo ao produtor rural.

§ 2º No caso de não adesão ao seguro de que trata o caput deste artigo, o produtor rural fica impedido de prorrogar o vencimento de qualquer das parcelas da dívida alongada, com exceção do disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Até a implantação, regulamentação e a disponibilização do seguro de que trata o caput deste artigo aos mutuários que aderirem ao alongamento de dívidas, fica assegurada a prorrogação do vencimento de qualquer uma das parcelas, para um ano após o vencimento da última prestação pactuada ou prorrogada, uma vez comprovada a falta de capacidade de pagamento, nos termos e condições estabelecidos pelo MCR 2-6-9 e no art.

4º, parágrafo único da Lei nº 7.843, de 18 de outubro de 1989, mantidos os encargos originalmente pactuados e as condições de normalidade estabelecidas no contrato original.

Art. 18. Caberá ao Conselho Monetário Nacional – CMN, regulamentar as disposições contidas nesta lei e fixar o recolhimento compulsório dos Depósitos à Vista em relação ao volume de recursos aplicados ao Crédito Rural, respeitados os seguintes limites:

I – recolhimento Compulsório ao Banco Central – limitado em até 30% do total dos depósitos à vista;

II – aplicação em Operações Livres das Instituições Bancárias – não pode ultrapassar a 150% do total aplicado em operações de Crédito Rural.

§ 1º A não aplicação dos valores definidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, relativos aos Depósitos à Vista em operações de Crédito Rural e a aplicação em Operações Livres que venham exceder os limites estabelecidos nesta lei, sujeitará as instituições bancárias à multa de 10% sobre o valor não aplicado e de 20% sobre o valor que exceder nas Operações Livres.

§ 2º Os recursos arrecadados com as multas de que trata o § 1º serão destinados à constituição de um Fundo Garantidor a ser utilizado na concessão de bônus de adimplência de que trata esta lei.

Art. 19. O total dos saldos devedores a serem prorrogados ao amparo desta lei fica limitado a R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sendo o Tesouro Nacional autorizado a, alternativamente:

I - emitir títulos para garantir as operações de prorrogação de dívidas de que trata esta lei;

II - realizar despesas com equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, inclusive junto a instituições financeiras privadas.

§ 1º A critério do Poder Executivo, os títulos referidos na alínea a do caput poderão ser emitidos para garantir o valor total das operações nele referidas ou, alternativamente, para garantir o valor da equalização decorrente da renegociação.

§ 2º O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Fazenda, fundamentará solicitação ao Senado Federal de aumento dos limites referidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 52 da Constituição Federal, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º A emissão dos títulos previstos no caput deste artigo deve seguir as programações financeiras estabelecidas pelo Tesouro Nacional.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

[http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=368529](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=368529)

**Data de Apresentação:** 20/09/2007

**Ementa:** Dispõe sobre o Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural Brasileiro, de operações originárias de crédito rural, e dá outras providências.

**Indexação:** Criação, Programa de Reestruturação do Passivo do Setor Rural Brasileiro, repactuação, dívida, crédito rural, agricultor familiar, pequeno produtor rural, cooperativa rural, associação rural, condomínio rural, abrangência, renegociação, operação financeira, investimento, Fundos Constitucionais, (FAT), (BNDES), (Funcafé), (Procera), instituição financeira, enquadramento, mutuário, apuração, saldo devedor, prazo, competência, regulamentação, Conselho Monetário Nacional, expurgo, encargos financeiros, inadimplemento, suspensão, execução, garantia, interessado, renegociação, bônus, adimplência, participação, operação financeira, desvio, recursos financeiros, seguro agrário, amortização, liquidação, débitos, pagamento, parcela, equivalência, unidade, produto agropecuário.

**Forma de Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

**20/09/2007** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Marcos Montes (DEM-MG).(íntegra)*

**08/10/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária (íntegra)*

**08/10/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.*

**10/10/2007** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 11/10/07 PÁG 53500 COL 02.(íntegra)*

**11/10/2007** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

**16/10/2007** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Abelardo Lupion (DEM-PR)*

**17/10/2007** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 18/10/2007)*

**30/10/2007** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.*

**26/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**26/05/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS)*



**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14. Inteiro teor*

**16/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apresentação do REQ 415/2011, pelo Dep. Marcos Montes, que solicita o desarquivamento de proposição. Inteiro teor*

**18/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-415/2011. Inteiro teor*

**11/03/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Reabertura de Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 14/03/2011)*

**23/03/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**20/03/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**29/03/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Junji Abe (PSD-SP)*

**10/05/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Junji Abe (PSD-SP).*

*Parecer do Relator, Dep. Junji Abe (PSD-SP), pela aprovação deste e da Emenda 1/2007 da CAPADR, com substitutivo.*

**11/05/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 14/05/2012)*

**23/05/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**30/05/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -  
10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Jesus Rodrigues.*

**31/05/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apense-se a este(a) o(a) PL-3803/2012.*

**31/05/2012** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encaminhado à CFT.*

**31/05/2012** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

*Recebimento pela CFT.*